



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE CENTROS DE
SOCIOEDUCAÇÃO**

MARCELO AVELAR DE SOUZA

**SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A AÇÃO INFRACIONAL DE HOMICÍDIO:
O CONTEXTO DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE CASCAVEL I**

**Toledo
2010**

MARCELO AVELAR DE SOUZA

**SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A AÇÃO INFRACIONAL DE HOMICÍDIO:
O CONTEXTO DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE CASCAVEL I**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Centros de Socioeducação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial ao Título de Especialista em Gestão de Centros de Socioeducação.

Professor(a) Orientador(a): Profa. Dra. Rejane
Teixeira Coelho

Toledo, 2010

MARCELO AVELAR DE SOUZA

**SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E A AÇÃO INFRACIONAL DE HOMICÍDIO:
O CONTEXTO DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE CASCAVEL I**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Centros de Socioeducação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial ao Título de Especialista em Gestão de Centros de Socioeducação.

Professor(a) Orientador(a): Profa. Dra. Rejane Teixeira Coelho

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rejane Teixeira Coelho (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/Toledo

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (Banca)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Luciana Vargas Netto Oliveira (Banca)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, ____ de _____ de 2010

Ao meu filho Ian, inspiração de meus dias.
À minha esposa Sorimar, razão de minha
inspiração!

AGRADECIMENTOS

A todos que aqui representam Deus!

Aos que compartilham suas experiências,
aprendizados em 'erros e acertos'.

Aos que me ensinaram a sonhar, a viver e amar.

Aos adolescentes que me permitiram apreender
tais ensinamentos.

À Secretaria da Criança e da Juventude pela
oportunidade de novos conhecimentos.

Aos docentes desta Especialização, pelos
ensinamentos compartilhados.

À 'companheira' Ana, Diretora do CENSE
I/Cascavel, por todo apoio e incentivo nos
momentos incertos.

Aos Funcionários do CENSE I/Cascavel, pela
união e confraternização de idéias e ideais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rejane Teixeira
Coelho, pela paciência e compromisso neste
trabalho.

Aos meus pais Vera e Nelson, irmão Ricardo,
sogra Aristides, sogra Terezinha e demais
familiares do caminho, por toda dedicação e
carinho.

Às minhas enteadas, Erika e Elina, por com zelo
fazerem parte de minha inspiração.

À você, Sori, motivo pelo qual me esforço em ser.
E a você, leitor, por comigo explorar o presente
estudo.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.
(Francisco Cândido Xavier)

SOUZA, Marcelo Avelar de. **Substâncias Psicoativas e a Ação Infracional de Homicídio: O Contexto do Centro de Socioeducação de Cascavel I.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Centros de Socioeducação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2010.

RESUMO

O presente trabalho teve em sua estrutura a seguinte questão norteadora: *O uso de substâncias psicoativas é evidenciada no contexto da ação infracional de homicídio cometida pelo adolescente em conflito com a lei?* Sendo tal relação confirmada, indagou-se então: *quais tipos de substâncias aparecem associadas?* Buscou-se assim conhecer a caracterização socioeconômica dos 14 adolescentes do município de Cascavel, os quais foram encaminhados ao Centro de Socioeducação de Cascavel I (CENSE I), no ano de 2009, por terem se envolvido em ação infracional de homicídio; bem como identificar a presença de substâncias psicoativas e relação no núcleo familiar desses adolescentes. Esta pesquisa fundamentou-se em autores e organizações que desenvolvem reflexões acerca de temáticas pertinentes às substâncias psicoativas, violência e socioeducação. Sua fonte de dados é documental, de caráter exploratório e orientada na abordagem quantitativa-qualitativa. Após leitura e organização do material verificou-se que a bebida alcoólica foi a substância mais presente (85%), seguida por tabaco (71%), maconha (50%) e crack (21%), havendo associação entre as mesmas foi possível entrever os meandros da prática infracional de Homicídio, quando salientado nos Estudos Sociais analisados a efetiva presença de substâncias psicoativas no 'contexto de vida' de todos os adolescentes que incorreram nesse ato, bem como no 'contexto da ação infracional' em si. Destaca-se também que , se por um lado o uso de substâncias psicoativas pode ser visto como aspecto intrínseco a essa relação (drogas-infração), por outro uma questão de 'saúde pública', quando se observa estar o adolescente infrator, vítima-vitimizador, situado em particular contexto social de violências e privações.

Palavras chave: Substâncias Psicoativas, Socioeducação, Ato Infracional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	GÊNERO DOS ADOLESCENTES CUSTODIADOS.....	34
Gráfico 2 -	RAÇA/COR DECLARADA	34
Gráfico 3 -	RENDA DO NÚCLEO FAMILIAR	35
Gráfico 4 -	SITUAÇÃO OCUPACIONAL	36
Gráfico 5 -	SITUAÇÃO FAMILIAR E DOMICILIAR.....	38
Gráfico 6 -	REFERÊNCIA(S) NO NÚCLEO DE CONVÍVIO.....	39
Gráfico 7 -	SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS UTILIZADAS.....	39
Gráfico 8 -	MOTIVO DA APREENSÃO.....	40
Quadro 1 -	ESCOLARIDADE DOS ADOLESCENTES APREENDIDOS QUE NÃO ESTAVAM COM FREQUÊNCIA ESCOLAR REGULAR.....	37
Quadro 2 -	ESCOLARIDADE DOS ADOLESCENTES APREENDIDOS QUE ESTAVAM COM FREQUÊNCIA ESCOLAR REGULAR.....	38
Quadro 3 -	SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS UTILIZADAS PELOS ADOLESCENTES E SUA FREQUÊNCIA.....	43

LISTA DE SIGLAS

CEBRID	Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas
CENSE	Centro de Socioeducação
DCA	Departamento da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e Juventude
FEBEM	Fundação do Bem-estar do Menor
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEDUSE	Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas
PROVOPAR	Programa de Voluntariado Paranaense
SAS	Serviço de Atendimento Social
SEACR	Secretaria da Criança e Assuntos da Família
SEASO	Secretaria Municipal de Ação Social
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e Juventude
SESP	Secretaria do Estado de Segurança Pública do Paraná
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNC	Sistema Nervoso Central

SUMÁRIO

RESUMO	06
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	07
LISTA DE SIGLAS	08
INTRODUÇÃO	10
1 SUBSTÂNCIA PSICOATIVA E VIOLÊNCIA: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE	14
1.1 A SOCIOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO CENSE I/CASCADEL.....	17
2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	23
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	31
3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	31
3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	32
3.3 COMPREENDENDO OS DADOS DA PESQUISA	33
3.3.1 O perfil geral dos adolescentes no contexto do Centro de Socioeducação	33
3.3.2 O perfil dos adolescentes no CENSE I/Cascavel que cometeram ato infracional de homicídio.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	57

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas, conforme registros da Organização Mundial de Saúde (OMS), além de se constituir como severa ameaça à saúde, incide nos aspectos sociais e econômico das famílias, comunidades e nações, sendo estimado no mundo 2 bilhões de usuários de álcool, 1,3 bilhão de fumantes e 185 milhões de usuários de drogas ilícitas. Tais substâncias (tabaco, álcool e drogas ilícitas), no ano 2000 teriam contribuído conjuntamente para 12,4% do total de mortes em todo o mundo¹.

Considera-se, desta maneira, a partir da discussão desenvolvida por Carlini, et. al (2001), alguns efeitos produzidos principalmente no Sistema Nervoso Central (SNC) de particulares substâncias psicotrópicas, também conhecidas como psicoativas, que mais caracteriza o tipo de droga que se observa junto ao adolescente em conflito com a lei atendido no Centro de Socioeducação de Cascavel I - CENSE², destacando-se: bebidas alcoólicas, cocaína-crack e merla, maconha, solventes-inalantes e tabaco.

Buscou-se então se aproximar de particulares informações constantes nos “Cadernos do IASP”, principalmente quando se registrou que levantamentos estatísticos no ano de 2005 apontaram que “(...) 82% dos adolescentes atendidos pelas unidades de internação do Estado do Paraná eram usuários ou fizeram uso de substâncias psicoativas, sendo que as mais utilizadas foram a maconha, o crack e o álcool” (PARANÁ, 2006a, p. 40), as quais trazem prejuízos à saúde física e mental.

O presente trabalho foi estruturado tendo como proposta norteadora a seguinte questão: *O uso de substâncias psicoativas é evidenciada no contexto da ação infracional de homicídio cometida pelo adolescente em conflito com a lei?* Sendo tal relação confirmada, indagou-se então: *quais tipos de substâncias aparecem associadas?*

Objetiva-se, deste modo, incitar a discussão acerca do uso de drogas lícitas e ilícitas que alteram as reações do SNC, junto ao público de adolescentes, buscando relacionar a

¹ Cf. http://www.who.int/substance_abuse/facts/global_burden/en/index.html (tradução nossa). Pertinente, nesse tocante, apontar a reflexão desenvolvida por ATKINSON, Amanda, et. al. (2009, p. 05), quando se propõe três explicações teóricas para a relação violência-droga, destacando-se: a) o uso de drogas pode acarretar a violência quando a ingestão em curto ou longo prazo de substâncias específicas pode acarretar alterações no funcionamento fisiológico e ao controle de comportamento; b) a violência relacionada com o uso de droga pode decorrer em virtude de indivíduos dependentes (de substâncias como crack, cocaína, por exemplo), cometerem crimes, incluindo violentos, para financiar o consumo; e c) a violência da droga pode ser sistêmica, como parte integrante do mercado de drogas ilícitas, sendo utilizada (a violência) para “(...) impor o pagamento de dívidas, para resolver a concorrência entre os revendedores e para punir os informantes (...)”, destacam.

² Órgão público de caráter estadual, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Estado do Paraná, atualmente dirigido pela Sra. Ana Marcília Pereira Nogueira Pinto, Assistente Social.

presença dessas no cotidiano social destes sujeitos, ante o contexto de cometimento infracional pelos mesmos.

Tal inquietação é resultante da experiência do pesquisador de aproximadamente 06 (seis) anos de atuação profissional junto a Internação Provisória³, quando a ação infracional capitulada no Art. 121 do Código Penal Brasileiro (Homicídio) gradativamente ocasionou interesse em virtude de seu caráter irreversível, bem como a gravidade desse ato, quando também se compreende a existência de 'estímulos' que impulsionam os adolescentes nessa prática hedionda.

Essa situação assim se destacou como uma das mais críticas ao particular exercício profissional, visto se apresentarem diversas ocasiões em que o mesmo adolescente autor dessa prática infracional também se configurava como vítima dessa ação, seja acarretada por outro adolescente ou não.

Desta maneira, os dados apresentados, oriundo de nosso particular contexto profissional e condensados pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, permitem entrever aspectos que contextualizam a realidade desse vitimizador, o qual, por sua vez, também se evidencia como vítima de um contexto social-ideológico maior no qual se torna privado de direitos fundamentais, quando pertinente refletir que “a prática do ato infracional não é incorporada como inerente à sua identidade, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada” (VOLPI, 2002, p. 7)⁴.

Pertinente destacar que o presente estudo não aprofunda a discussão sobre a natureza do ato infracional de homicídio, mas priorizou destacar essa ação infracional em face de sua gravidade. Parte-se do princípio de que ao momento no qual o adolescente é internado provisoriamente para responder ao processo judiciário e então receber uma sentença (Medida Socioeducativa), pela equipe Técnica (Assistente Social, Psicóloga e Pedagoga) é realizado específico Estudo Social delineando aspectos da ação infracional, somado a história de vida desse adolescente, sujeito de direitos, quando também se evidenciam os contextos de envolvimento do mesmo com substâncias psicoativas.

Tal processo na realidade do CENSE I/Cascavel⁵ insere particular questão que aponta a necessidade e importância de ser conhecida essa realidade (do adolescente), entendendo que compete à equipe profissional o relacionamento interdisciplinar para compreender a “produção social” e contexto no qual o adolescente se vincula, vislumbrando em uma

³ Conforme disposto no Art. 108 e 183 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/1990.

⁴ Confirma também CABRAL e SOUSA, 2004.

⁵ Unidade de Internação Provisória, com equipe técnica especializada, a qual no município pode ser vista como a 'porta de entrada' ao adolescente que cometeu uma ação infracional e foi apreendido.

perspectiva de 'saúde pública'⁶ a necessidade de intervenção preventiva e encaminhamento a tratamentos especializados, como fator a prevenção de reincidências.

Pretende-se assim alcançar maior aproximação com a referida temática, buscando compreender os meandros dessa prática infracional, em virtude de sua grave ameaça e violência à pessoa, observando os aspectos referentes a vinculação com o uso de substâncias psicoativas pelo adolescente (direta ou indiretamente), o qual não deixa de ser considerado como sujeito de sua própria história, dotado de direitos e autonomia, ante ao definido por Protagonismo Juvenil⁷.

A partir das reflexões de Lakatos e Marconi (1991), destaca-se que a fonte da pesquisa realizada é documental, de caráter exploratório e orientada na abordagem quantitativa-qualitativa.

Para responder aos objetivos propostos neste trabalho, a análise quantitativa foi estruturada a partir dos dados do CENSE I/Cascavel disponibilizados pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ), através do Relatório Consolidado do ano de 2009, quando se obteve uma caracterização mais geral dos sujeitos que no referido ano foram atendidos na Unidade.

Estruturou-se então os seguintes *eixos* para contextualização: a) Gênero; b) Raça/Cor; c) Renda; d) Situação Ocupacional; e) Escolaridade; f) Situação Familiar e Domiciliar; g) Referência(s) no Núcleo de convívio; h) Substâncias Psicoativas utilizadas; e i) Motivo da Apreensão.

Para a análise quanti-qualitativa, dos Estudos Sociais dos adolescentes sujeitos desta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes *eixos*:

1. *eixo quantitativo* – a) Passagens anteriores no sistema socioeducativo; b) Passagens anteriores na Unidade ; c) Gênero, Idade e renda familiar mensal; d) Nível escolar; e) Substância psicoativa utilizada; f) Motivos relacionados à

⁶ A qual requer o planejamento de programas e serviços efetivos, quando se ressalta que “Uma ação política eficaz pode reduzir o nível de problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas que são vivenciados por uma sociedade, evitando que se assista de forma passiva ao fluxo e refluxo de tal problemática” (BRASIL, 2004, p. 5).

⁷ Termo este destacado nos Cadernos do IASP – Compreendendo o Adolescente (PARANÁ, 2006a, p. 20), ao referendar Antonio Carlos Gomes da Costa (no livro: Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000. p. 176), anunciando que: “Protagonismo Juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes e associações) e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites do seu entorno sócio-comunitário (...). Participar, para o adolescente, é influir, através de palavras e atos, nos acontecimentos que afetam a sua vida e a vida de todos aqueles em relação aos quais ele assumiu uma atitude de não-indiferença, uma atitude de valoração positiva”.

infração; e g) Presença de Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar.

2. *eixo qualitativo* – a) Motivo da ação infracional de homicídio; e b) Presença de Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar.

Observa-se que o presente trabalho possui como objeto de estudo *o adolescente que cometeu ação infracional de homicídio*, no ano de 2009, sendo o mesmo residente no município de Cascavel-PR, fazendo a relação com o uso (ou não) de substâncias psicoativas pelo mesmo.

De modo geral, objetivou-se com o presente estudo analisar a relação entre o uso de substâncias psicoativas pelos adolescentes e o ato infracional de homicídio, destacando assim como objetivos específicos: a) conhecer a caracterização socioeconômica dos adolescentes, encaminhados ao Centro de Socioeducação de Cascavel I (CENSE I) no ano de 2009; b) identificar o perfil socioeconômico do adolescente envolvido em ação infracional de homicídio, do município de Cascavel, encaminhados ao Centro de Socioeducação de Cascavel I (CENSE I) no ano de 2009⁸; e c) Identificar a presença de substâncias psicoativas na vida dos adolescente envolvido em ação infracional de homicídio e de seu núcleo familiar.

⁸ Observa-se que esses 14 adolescentes constituem o universo da presente pesquisa. No referido ano (2009), outros adolescentes também foram atendidos pela Unidade em virtude dessa ação infracional, mas não eram residentes no município de Cascavel.

1 SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS E VIOLÊNCIA: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Como resposta ao processo explorador oriundo da correlação de forças na ordem social do contexto capitalista, insurgem situações como: violência, doença, fome, dentre outras compreendidas como “expressões da questão social” as quais o público adolescente também se inscreve, munido de anseios e perspectivas estabelecidas pelo próprio contexto em que vivem.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 77)⁹.

Pautadas na produção da riqueza gerada socialmente, mas tendo sua apropriação de forma individual, particular aos proprietários do modo de produção, as contradições do sistema capitalista limitam os trabalhadores a participarem tão somente do primeiro momento (produção), enquanto os capitalistas se mantêm continuamente no segundo momento (apropriação da riqueza)¹⁰.

Expressa-se assim que as políticas sociais contribuem, ao mesmo tempo: a) para que o trabalho seja subordinado ao capital, promovendo e criando condições condizentes ao

⁹ Válido apontar que a discussão acerca da 'questão social' vem sendo trazida por diversos autores, dos quais aqui se destacam: IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Praia Vermelha**: revista de Estudos de Política e Teoria Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n. 8, 1. semestre 2003, p. 56-83; _____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.) **Política social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004; NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Desenvolvimento capitalista e “questão social”: Notas para debate. **Praia Vermelha**: revista de Estudos de Política e Teoria Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n. 10, p. 46-6, 2004; SANTOS, Edlene Pimentel. A questão social em debate. **Praia Vermelha**: revista de Estudos de Política e Teoria Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n.10, 1. semestre 2004.

¹⁰ Importa registrar, para futura e aprofundada reflexão, as considerações de CASTEL (1998, p. 496), ao apontar que na contemporaneidade o desemprego se evidencia como a mais expressiva expressão da 'questão social': “A novidade não é só a retratação do crescimento nem mesmo o quase fim do quase-pleno-emprego, a menos que se veja aí a manifestação de uma transformação do papel de 'grande integrador' desempenhado pelo trabalho. O trabalho como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de 'trabalhadores sem trabalho' que Hannah Arendt evocava, os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de 'inúteis para o mundo’”, aponta.

desenvolvimento capitalista, através da preservação e controle da força de trabalho ocupada e excedente; b) bem como à adequação e controle da força de trabalho futura, a qual desenvolve no âmbito do subconsumo do mundo da produção. Assim se ratifica que “A funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores (...)” (NETTO, 1992, p. 27).

É neste âmbito que se reforçam os movimentos exercidos pelo público adolescente, com o qual também se faz propício refletir que “A garantia de direitos, nos textos legislativos, ainda que essencial, não basta para torná-los efetivos na prática. As desigualdades deitam raízes profundas na ordem social brasileira e manifestam-se na exclusão de amplos setores (...)” (PINSK, 2003, p. 488), sendo a desigualdade social considerada no presente tempo como uma das gêneses da violência, quando fundamental se evidencia a busca em focalizar o desenvolvimento do adolescente na rede de aspectos pertinentes à sua intrínseca organização e relação em sociedade, ante particulares transformações na esfera social geradoras de mais acirrada segregação social¹¹.

Importa salientar que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2001, da população brasileira de 170.811.644 pessoas, adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos de idade compreendiam 10.396.204 pessoas, ou seja, 6% desse universo.

Compreende-se assim que esse insulamento no qual o adolescente em foco também se insere, no contexto atual de globalização de identidades e subjetividades, da comercialização de *modus vivendi*, implica no processo de “enrijecimento de identidades locais e a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade”, conforme destacado por ROLNIK (1996, p. 93).

Nota-se que tal processo, na contemporaneidade, insurge a partir da crise do modo de produção do capital na década de 1970, requerendo expressiva injeção ideológica que alimentasse a lógica do sistema burguês, validando nova proposta acerca do liberalismo econômico, a qual ganha forças em um contexto global sociotécnico que incita o desenvolvimento tecnológico, ante avassaladora reestruturação produtiva com determinantes exclusivos e inclusivos do processo de trabalho, diante o encadeamento e expansão da globalização e disparidades decorrentes.

Nesse tocante, observam-se complexas transformações no âmbito político, econômico e social, as quais acarretam alterações significativas da vida cotidiana, familiar, quando no atual contexto,

¹¹ Cf. RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena; KLEIN, Alejandro, 2008.

(...) como cidadãos do mundo, deparamo-nos com um dos maiores desafios a serem enfrentados por nossas sociedades, isto é, garantir os direitos da criança utilizando, da melhor forma possível, a consciência global e os recursos humanos e tecnológicos em favor da luta por um mundo melhor (RIZZINI, 2001, p. 36).

Ilustrando tais expectativas, quanto ao público juvenil pertinente ressaltar as considerações de Guerresi e Silva (2003), em virtude de uma pesquisa denominada Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei, a qual foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) conjuntamente ao Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) da Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, no último semestre de 2002, ao enfatizarem uma realidade que corrobora a desigualdade social brasileira evidenciada no seguinte perfil:

São adolescentes do sexo masculino (90%); com idade entre 16 e 18 anos (76%); da raça negra (mais de 60%); que não frequentavam a escola (51%); que não trabalhavam (49%); e viviam com a família (81%) quando praticaram o delito. Não concluíram o Ensino Fundamental (quase 90%); eram usuários de drogas (85,6%); e consumiam, majoritariamente, maconha (67,1%), cocaína/crack (31,3%), e álcool (32,4%). Os principais delitos praticados por esses adolescentes foram: roubo (29,5%); homicídio (18,6%); furto (14,8%); e tráfico de drogas (8,7%) (GUERESI; SILVA, 2003, p. 60).

Para tais registros pertinente destacar as informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2006), a qual aponta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para enfatizar o Sistema de Garantia de Direitos dessa parcela da população, ante a falência do “Sistema FEBEM”, o qual trazia consigo expressivo quadro de rebeliões, motins, superlotação das unidades, violações de direitos dos adolescentes internos e baixa qualidade do atendimento com custos elevados.

Destaca-se, assim, que entre os anos de 1996 a 2006 a privação de liberdade no Brasil apresentou o seguinte crescimento nas regiões do país¹²: 323% (região Norte), 506% (região Nordeste), 210% (região Centro-Oeste); 359% (região Sudeste) e 226% (região Sul), registrando-se o acréscimo geral de 325% nos casos de privação de liberdade no país.

Ainda que se observe a existência de particular distanciamento entre a realidade social e o marco legal referente à efetivação dos direitos desse público-alvo, existem

¹² Cf. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

possibilidades concretas na busca pela superação dessas lacunas excludentes, a partir de ações coletivas, interdisciplinares, com propósitos fundamentados nas garantias constitucionais, no respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente enquanto seres humanos.

Desta maneira, as reflexões acerca da Socioeducação ensejam destacar que a partir do ECA o adolescente, reconhecido em sua condição peculiar de desenvolvimento, assume particular *status* de sujeito de direitos ante as peculiaridades de seu processo de desenvolvimento social e pessoal. Nesse sentido, àqueles a quem se atribui autoria de ato infracional existem garantias processuais exigíveis legalmente, sendo seu não cumprimento responsabilizado judicialmente¹³.

A expressão socioeducativo, no contexto do ECA, nos remete ao universo das medidas aplicada ao adolescente em conflito com a lei em razão do cometimento de ato infracional. Essa, entretanto, não era a intenção dos formuladores do projeto de lei ao tipificarem esse regime. A intenção dos membros do grupo de redação do ECA era cobrir, com o conceito de trabalho social e educativo em meio aberto, toda a ampla gama de programas de atendimento que acontecem fora dos âmbitos da família, das escolas e das diversas formas de institucionalização totalizantes, como internatos, abrigos e hospitais (COSTA, 2006b, p. 46).

Neste sentido, nos pressupostos da socioeducação se busca estabelecer na ação socioeducativa o desenvolvimento de novas competências no adolescente autor de ato infracional¹⁴, aos esforços para que o mesmo “aprenda a ser e a conviver” diante adversidades sociais, culturais e familiares, quando estabelecido oportunidades e condições objetivas que propiciem o desenvolvimento de sua autonomia enquanto ser político. Tal reflexão será melhor contextualizada no próximo item.

1.1 A SOCIOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ECA E DO CENSE I/CASCAVEL

Compreendendo a Socioeducação como educação não formal, a qual não seria herdada, mas sim adquirida, importa registrar as considerações de GOHN (2010, p. 21) ao enunciar que tal ação educativa pode acarretar o desenvolvimento de processos, enquanto

¹³ Cf. COSTA, 2006a, p. 11.

¹⁴ O que nem sempre é efetivado em virtude do interesse e posicionamento ético-político dos profissionais envolvidos, bem como necessidade de específicas ações no âmbito das políticas públicas que envolvem essa demanda.

resultado, como

- A construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo.
- Contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade.
- Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (...).
- Quando presente em programas com crianças (...) resgata o sentimento de valorização de si próprio (...), ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição aos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (como seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.)

Oportuno assim salientar que ao desenvolvimento de quaisquer ações nessa dinâmica, o *vínculo* é ferramenta indispensável no direcionamento e sentido da inter-relação educando-educador, aproximando-os reciprocamente para o alcance das transformações esperadas no processo socioeducativo, quando se reforça que

Educar é sempre uma aposta no outro (...). De fato, quem não apostar que existem nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo.
 (...) A aposta no outro exige do educador não apenas competência técnica, mas também solidariedade humana e compromisso político com o educando (COSTA, 2001, p. 15 e 21).

Entrever tais prepostos é essencial ao trabalho socioeducativo, compreendendo também as particularidades da segurança na socioeducação, não devendo haver hierarquia e dicotomia entre tais aspectos.

Estrutura-se assim específica metodologia nas ações desenvolvidas, objetivando ao adolescente que se instaurou em conflito com a lei se perceber como Protagonista de seu cotidiano, dissociado da falsa ‘necessidade’ de envolvimento com ações infracionais para legitimar sua identidade sociocultural (sentimento de ‘pertencimento’ a determinado grupo), ensejando/viabilizando ao mesmo tempo outra produção de si, no empreendimento de alternativas que também lhe distanciem de sua própria morte por motivos torpes.

Interligar as relações estabelecidas pelo adolescente apreendido no âmbito interior e exterior ao Centro de Socioeducação, buscando o desenvolvimento de princípios éticos e morais, pressupõe articular determinações do processo jurídico e particularidades do desenvolvimento sociofamiliar do referido adolescente, desconstruindo referências que o

aproxima da crescente criminalidade.

Assim se destacam as reflexões de David e Caufield (2005, p. 1149), ao mencionarem que “O uso e abuso de álcool e drogas ilícitas é frequente entre pessoas não violentas. No entanto, estas substâncias costumam estar presentes em muitas situações de violência – incluindo tanto agressores quanto vítimas”, o que permite observar potenciais comportamentos violentos os quais são 'alimentados' através da utilização de substâncias psicoativas em ambiente social, econômico, cultural, que a isso influencia. Válido registrar que nesse enfoque também se encontram os adolescentes que cometeram ação infracional de homicídio.

Deste modo, salienta-se que

Algumas revisões de literatura indicam que os principais fatores que podem influenciar na ocorrência do homicídio são: a violência e negligência sofrida pelos adolescentes durante a infância, déficit de inteligência e outros distúrbios neurológicos, o envolvimento com gangues, a participação em outras atividades antissociais, a utilização de drogas lícitas e ilícitas, a prática habitual de outros tipos de crime, a exposição constante à violência, e a vivência de conflitos e perdas (HARDWICK; ROWTON-Lee, 1996; HEIDE, 2003; HOWELL, 1999 *apud* ARANZEDO; SOUZA, 2007, p.3).

Tais formas e expressões de violências no contexto histórico do adolescente, atreladas às questões educacional-cultural, são aspectos necessários à reflexão quanto ao cometimento infracional por esse sujeito, observando-se fatores circunstanciais envolvidos, tal qual o uso e tráfico de substâncias psicoativas.

Nesse contexto, enfatizando-se o uso de ações ilícitas por esse público para que seja vivenciada uma ideologia em que determinada 'posição' diante o grupo social representaria sucesso pessoal, interessante se faz apontar a reflexão conduzida por Kodato e Silva (2000, p. 512) ao registrarem que

A exposição aos estímulos e oportunidades de pequenos delitos e de envolvimento com o comércio das drogas parece ainda vinculada também à constituição familiar, ou melhor, à rede de apoio dos adolescentes, em especial, à ausência de figuras que possam exercer um papel de apoio e proteção à vulnerabilidade e ao risco.

Os referidos autores assim assinalam que as condições objetivas e subjetivas de vida desses sujeitos, no contexto contemporâneo, podem estimular reações nas quais a atividade ilícita é uma delas, buscando suprir lacunas alimentadas pela indústria cultural.

Neste sentido convém contextualizar a Unidade de atendimento a tais adolescentes, quando se ressaltam os registros históricos do CENSE I/Cascavel apontando que devido a localização geográfica do município, diariamente pessoas imigravam de outras regiões em busca de melhores condições de vida. Esse processo ao longo dos anos acarretou desproporcional crescimento da população, a qual além da ausência de qualificação profissional vivenciou diversas problemáticas sociais tais como o desemprego, falta de moradia e 'marginalização' (aumento das zonas 'periféricas' ao município).

Diante do aumento da exclusão social, a demanda de adolescentes em conflito com a lei gradativamente se tornou mais expressiva quando, no intuito de 'amenizar' tais conflitos, foi criado um espaço para atendimento dos mesmos.

Assim, em 12 de Setembro de 1998 foi inaugurado o Serviço de Atendimento Social (SAS). Para que esse programa fosse implantado houve a parceria entre a Secretaria da Criança e Assuntos da Família (SEACR), o Instituto de Ação Social do Paraná (IASP¹⁵) e a Prefeitura Municipal de Cascavel, através da Secretaria Municipal de Ação Social (SEASO).

Os adolescentes autores de ato infracional, durante o período máximo de 45 dias (conforme artigos 108 e 183 do Estatuto da Criança e do Adolescente), passaram a ser atendidos por uma equipe multiprofissional, sendo por essa desenvolvido atividades educativas, recreativas, artesanais, atendimento psicológico e social.

Diante as necessidades evidenciadas, em 30 de julho de 2004 o Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) em parceria com a então SEASO e Governo do Estado, inauguraram adequações da estrutura do SAS com investimento de R\$ 66 mil. A Unidade recebeu melhorias para oferecer mais qualidade e segurança no atendimento prestado aos adolescentes.

O Estado do Paraná, ante o enfoque do atendimento a esta demanda, entre os anos de 2003 a 2006 realizou diagnóstico sobre a situação do atendimento ao adolescente privado de liberdade no Estado, sendo posteriormente elaborados os “Cadernos do IASP”¹⁶, quando se identificaram problemas tais quais:

déficit de vagas, permanência de adolescentes em delegacias públicas, rede física para internação inadequada e centralizada com superlotação constantes, maioria dos trabalhadores com vínculo temporário, desalinhamento metodológico entre as unidades, ação educativa limitada

¹⁵ Criado pela Lei 8.485 de 3 de junho de 1987, e transformado em autarquia pela Lei 9.663, de 16 de julho de 1991.

¹⁶ São eles: Compreendendo o Adolescente; Gestão de Centro de Socioeducação; Práticas de Socioeducação; Rotinas de Segurança; e Gerenciamento de Crise.

com programação restrita e pouco diversificada e resultados precários (PARANA, 2006b, p. 09).

Buscou-se então, em âmbito estadual, alinhar o atendimento socioeducativo com intuito de consolidar esse sistema, qualificando as ações de restrição e privação de liberdade ao mesmo que subsidiando e apoiando as medidas socioeducativas em meio aberto.

Nesse contexto, em 15 de dezembro de 2006, através do Decreto nº 7663, as Unidades Sociais Oficiais, tal qual a Unidade em questão que passa a ser denominada Centro de Socioeducação de Cascavel I – CENSE, passam a ser diretamente subordinadas à presidência do IASP.

O CENSE I/Cascavel, apesar de não trabalhar diretamente com a execução das medidas socioeducativas, passou a também ser orientado pelas novas propostas elaboradas pelo antigo IASP, salientando-se que em 16/07/2007 foi pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovado a extinção desse órgão e criação da SECJ, a qual ficou responsável pela coordenação, organização, promoção, desenvolvimento e articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Observa-se assim que, na estrutura da referida Secretaria, se encontram Ações Protetivas e Ações de Socioeducação, estando nessa última relacionados os Centros de Socioeducação, tal qual o de Cascavel I.

Destacou-se que o trabalho desenvolvido neste CENSE teria como objetivo reunir informações sobre o adolescente no transcurso de seu processo de Internação Provisória, principalmente em relação às condições familiares, socioeconômicas, saúde, dados processuais, histórico infracional e escolarização, buscando organizar relatórios e Estudos Sociais ao Poder Judiciário, bem como à próxima equipe que passasse a atender o adolescente (seja de medida socioeducativa, protetiva ou orientação à própria família).

Nota-se que no transcurso da presente pesquisa a equipe profissional do CENSE I/Cascavel¹⁷ era composta por: 01 Diretora; 02 Assistentes Sociais; 01 Pedagoga; 01 Psicóloga; 02 Técnicos Administrativos; 02 Coordenadoras PROEDUSE; 01 Técnico Administrativo PROEDUSE; 05 Professores PROEDUSE; 01 Motorista; 01 Auxiliar de Enfermagem; e 21 Educadores Sociais.

Necessário registrar, conforme destacado no Regimento Interno da Unidade¹⁸, que o

¹⁷ Tendo suas atribuições com base no Perfil Profissiográfico/Quadro Próprio do Poder Executivo: Resoluções nºs: 7.193/2005, 9.006/2006 e 5.804/2008. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=166>>.

¹⁸ Cf. PARANA, 2010a.

trabalho desenvolvido pelo CENSE prima pelo paralelo entre *educação* e *segurança*, não havendo hierarquia entre os mesmos, sendo o adolescente, durante sua permanência, considerado por todos da equipe enquanto pessoa em desenvolvimento, detentor de direitos e deveres no processo de socioeducação, ao mesmo que sendo competência de todos os funcionários contribuir no processo de tomada de consciência pelo adolescente em foco quanto ao trabalho, educação, ato infracional e suas consequências, bem como desenvolver reflexões acerca dos aspectos de cidadania, autonomia e superação do contexto de vulnerabilidade social.

Importa salientar, ainda que sumariamente, que o referido Regimento Interno registra como atribuição funcional à equipe Técnica (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo), dentro de suas particularidades profissionais: planejar, coordenar, supervisionar, auditar, avaliar e executar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional; prestar orientação e atendimento à indivíduos, famílias e grupos, com vistas à garantia dos direitos sociais; pesquisar a realidade social; emitir pareceres, informações técnicas e demais documentações; dentre outros aspectos.

Aponta-se que o CENSE I Cascavel atualmente conta com a seguinte estrutura física: 03 salas de aula; 01 refeitório; 01 cozinha; 01 lavanderia; 02 banheiros; 01 almoxarifado; 01 quadra de esporte; 05 alojamentos masculinos; 01 alojamento feminino; e 06 salas multifuncionais. Cabe também ressaltar que os alojamentos são coletivos e possuem capacidade para atender 04 (quatro) adolescentes, podendo assim serem atendidos 24 adolescentes na Unidade. Observa-se ser o alojamento feminino afastado dos demais.

Dentro desse contexto limitado temporalmente, as ações socioeducativas permitem com o que o contato com os adolescentes possibilitem, minimamente, com que (re)pensem parâmetros acerca de seus projetos individuais e coletivos, no intuito de que o retorno à vivência sociofamiliar apresente particular (re)significado dos aspectos de suas histórias de vida, do contexto infracional, tal qual o envolvimento com substâncias psicoativas e as relações decorrentes.

Desta maneira, no próximo capítulo será abordada uma caracterização geral das substâncias psicoativas.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

De acordo com a OMS (1981 *apud* CARLINI, 2001, p. 11) Drogas Psicoativas "são aquelas que alteram comportamento, humor e cognição", afetando diretamente o SNC; e Drogas Psicotrópicas são aquelas que: "agem no Sistema Nervoso Central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração", gerando dependência.

Neste sentido, importa destacar o enfoque junto as substâncias alucinógenas de caráter ilícito (principalmente maconha, crack e cocaína), as quais alteram a atividade normal de funcionamento do SNC e, desta forma, o relacionamento de seus usuários com o meio social de convívio, quando se observa que o processamento da informação realizado pelo SNC ocorre em milésimos de segundos, produzindo efeitos diversos, podendo provocar reações como: ansiedade, alucinações, euforia, dentre outras, de acordo com o tipo de droga utilizada¹⁹.

Convém assim salientar, conforme OBID (2010, p. 01), que o termo 'droga',

segundo a definição da Organização Mundial de Saúde – OMS, abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento (...), [então se registrando que] As drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas *drogas psicotrópicas* [grifo nosso]. O termo psicotrópicas é formado por duas palavras: psico e trópico. Psico está relacionado ao psiquismo, que envolve as funções do sistema nervoso central; e trópico significa em direção a. Drogas psicotrópicas, portanto, são aquelas que atuam sobre o cérebro, alterando de alguma forma o psiquismo. Por essa razão, são também conhecidas como substâncias psicoativas

Tais considerações do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas destacam ainda que as drogas psicotrópicas são divididas em três grupos, de acordo com a atividade que exercem no cérebro: a) *depressoras* do sistema nervoso central, as quais conduzem a uma atividade cerebral lenta, redução da atividade motora, da atenção, concentração, da capacidade intelectual – se encontram nesse grupo o álcool e inalantes, dentre outras substâncias e reações; b) *estimulantes* do sistema nervoso central, as quais aceleram a atividade de determinados sistemas neuronais, acarretando extremo estado de alerta e insônia – nesse grupo são encontradas a cocaína e o tabaco, dentre outras substâncias

¹⁹ Para aprofundar essa discussão, ante os aspectos biológicos, confira CARLINI, et. al. 2001.

e reações; e c) *perturbadoras* do sistema nervoso central, as quais produzem delírios, alucinações – se encontram nesse grupo a maconha, alucinógenos, êxtase, dentre outras substâncias e reações²⁰.

É notório que a utilização de substâncias psicoativas se apresenta na atualidade a homens e mulheres, dos idosos aos mais jovens, sem distinção econômica, social, racial, étnica-cultural e intelectual. Seu uso indevido, indiscriminado, pode inclusive acarretar danos nocivos ao desenvolvimento de bebês, recém-nascidos, os quais hereditariamente carregam a dependência química de uma gestação toxicômana, tornando-se objetos de negligência e omissão.

Destaca-se assim que o I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil²¹ foi realizado no ano de 2001, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, no intuito de propiciar elementos pertinentes ao planejamento de ações antidrogas no âmbito nacional, quando se observou que: 11,2% dos entrevistados é dependente de álcool; 9% é dependente de tabaco; 6,9% já fez *uso na vida* de maconha; 5,8% já fez *uso na vida* de solventes; 4,3% já fez *uso na vida* de orexígenos (medicamentos utilizados para estimular o apetite); e 0,1% utilizou heroína. Pertinente salientar que a referida pesquisa contemplou o uso de substâncias psicoativas *na vida, no ano e no mês*, dos sujeitos entrevistados.

Nesse sentido, no ano de 2005 foi promovido o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil²², quando se observou que 22,8% da população pesquisada já realizou *uso na vida* de substâncias psicoativas, exceto tabaco e álcool, o que naquele momento correspondeu a 10.746.991 pessoas. No caso de substâncias ilícitas, o *uso na vida* de Maconha se evidencia em primeiro lugar, com 8,8% dos entrevistados, seguido pelos Solventes (6,1%) e Benzodiazepínicos (5,6%).

Na Região Sul do país, o referido levantamento constatou, entre os 878 entrevistados nas 18 cidades com mais de 200 mil habitantes, que no referido ano 14,8% da população pesquisada já havia conduzido *uso na vida* de substâncias psicoativas, exceto tabaco e álcool,

²⁰ Válido ressaltar a existência de substâncias psicoativas “(...) com a finalidade de produzir efeitos benéficos, como o tratamento de doenças, sendo consideradas, assim, medicamentos” (OBID, 2010, p. 01), tal qual já verificado no Brasil com a maconha, *Cannabis sativa*, a qual “(...) é reconhecida como medicamento em pelo menos 3 condições clínicas: reduz ou abole as náuseas e vômitos produzidos por medicamentos anticâncer; tem efeitos benéficos em alguns casos de epilepsia (doença que se caracteriza por convulsões ou ataques); e, pode melhorar o estado geral de doentes de AIDS (mas não cura a doença)” (CEBRID, 2010).

²¹ Englobando as 107 maiores cidades do país, com mais de 200 mil habitantes, o que abrangeu 47.045.907 habitantes.

²² Englobando as 107 maiores cidades brasileiras, com mais de 200 mil habitantes, mais Palmas-TO, o que abrangeu 47.135.928 habitantes.

sendo registrado que dos entrevistados, 73,9% havia conduzido *uso na vida* de álcool, e 9,7% de maconha.

Observa-se que no referido documento, maconha se configurou como a terceira substância de uso na vida mais utilizada, não seguindo os parâmetros nacionais, os quais configuram o uso dessa substância como a de maior projeção.

Oportuno considerar o fator 'dependência' desenvolvido nesse contexto, ocasionado pelo uso de substâncias psicoativas de maneira periódica ou de forma contínua, evitando o desconforto que ocorre quando de sua ausência, “podendo a tolerância estar ou não presente” (HUMANUS, 2005, p. 03).

Nesse contexto, necessário enunciar, conforme Zaleski e Lemos (2009), que podem ser consideradas como *drogas depressoras*: Álcool, Barbitúricos, Benzodiazepínicos, Analgésicos Opióides, Solventes Inalantes; como *drogas estimulantes*: Tabaco, Anfetaminas, Cocaína; e *drogas alucinógenas*: CANNABIS, Mescalina, AYHUASCA, Psilocibina, LSD, ECSTASY, CLUB DRUGS, Triexfenidila, Ketamina .

Quanto às bebidas alcoólicas, destaca-se que sua ingestão apresenta diversos efeitos (depressores, mas também estimulantes). O consumo dessas substâncias, a longo prazo, pode provocar o *alcooolismo*, o qual pode ocorrer por fatores de origem biológica, psicológica, sociocultura, isolados ou em conjunto. Várias doenças podem ser desenvolvidas na pessoa dependente, tal qual as doenças no fígado, problemas no aparelho digestivo e no sistema cardiovascular.

Ressalta-se que em gestação de mães dependentes de bebida alcoólica, os bebês são severamente afetados pela denominada "Síndrome Fetal pelo Álcool" e quando nascem apresentam sintomas que se identificam com a síndrome de abstinência), podendo a criança, caso consiga sobreviver, evidenciar doenças físicas e mentais.

No tocante ao tabaco, destaca-se que o mesmo é uma planta com nome científico de *Nicotiana tabacum*, de onde se extrai a substância conhecida por nicotina, sendo fumado na forma de cigarros, cachimbos ou charutos. No SNC tal substância provoca estimulação (eleva o humor), ao mesmo tempo em que diminui o apetite, acarretando no organismo humano alteração na frequência respiratória, batimento cardíaco, pressão arterial e atividade motora, bem como dificuldades na digestão (decorrente do declínio da contração do estômago). Sua utilização constante pode gerar doenças como: pneumonia, bronquite crônica, úlcera, câncer de pulmão, além de câncer em regiões como a língua, esôfago, e em demais órgãos que possuem contato com essa fumaça.

Assim, a nicotina provoca também: vômitos, diarreia, tontura, náuseas, cefaléia, dentre outras reações, ressaltando-se que na gravidez o feto recebe através da placenta as substâncias tóxicas do cigarro, caso a mãe seja fumante, podendo a nicotina provocar alterações neurológicas no feto, além de também ocorrer riscos de abortamento espontâneo.

Nesse sentido igualmente se observa a maconha, a qual dependendo da quantidade dessa substância utilizada (fumada), os efeitos no SNC se apresentam, também considerando a sensibilidade de quem fuma. Para determinadas pessoas se observou como efeitos a sensação de bem-estar, relaxamento, menos fatigado, dentre outros. Mas também se registrou que em algumas pessoas, contraditoriamente, a sensação foi desagradável, sentindo-se angustiadas, temerosas, suando, dentre outros reflexos.

Conforme a dose ingerida, bem como a sensibilidade do próprio usuário, pode o mesmo ter delírios e alucinações, valendo ressaltar a existência de indesejável efeito físico provocado pelo uso crônico, no qual se assinala a baixa produção de testosterona (hormônio masculino), tendo o homem reduzida produção de espermatozóides e conseqüente dificuldades em gerar filhos. Entretanto, tal efeito desapareceria quando se deixa de utilizar a planta (*Nicotiana Tabacum*).

Com relação a solventes ou inalantes, tais produtos contém substâncias responsáveis pelo efeito psicotrópico. Após sua aspiração, o início dos efeitos aparece rapidamente, perdurando em tempo não superior a 60 minutos, o que enseja aos usuários repetir as aspirações para prolongarem as sensações. Destaca-se que o uso crônico dos solventes pode gerar a destruição de células cerebrais (neurônios), acarretando lesões não reversíveis do SNC, apresentando-se seus usuários com déficit de memória e dificuldade de concentração. Inalados cronicamente, tais substâncias podem, até mesmo, ocasionar maiores problemáticas na medula óssea, dentre outros órgãos do corpo humano.

No tocante a cocaína, crack e merla, pondera-se que a cocaína é extraída das folhas de uma planta conhecida como coca, sendo uma substância natural, utilizada na forma de 'pó' ou 'farinha' (cloridrato de cocaína) para ser aspirada, podendo também ser dissolvida em água para uso endovenoso. Aquecido em meio básico (água e bicarbonato de sódio ou amônia), forma-se uma pasta (base) conhecida por crack, o qual é fumado em "cachimbos", ou ainda sendo preparada essa base de forma diferente tem-se a merla, a qual também é fumada.

Observa-se que a cocaína acentua a ação de neurotransmissores que são excitatórios, sendo estimulado o SNC, ressaltando-se que os efeitos provocados pela cocaína também ocorrem com crack e merla, quando além do estado de excitação e hiperatividade, registra-se

a insônia e perda de sensação do cansaço, dentre outros aspectos, quando se procura aumentar a dose de uso no anseio de sentir efeitos mais intensos.

Nesse sentido, conforme Relatório Mundial sobre Drogas 2008 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), conter a problemática de drogas ilícitas na parcela da população em idade entre 15 e 64 anos deve considerar: a) a dependência química tem se restringido a uma 'parcela marginal' da população (0,6%), em idade entre 15 a 64 anos; b) o consumo de tabaco afeta até 25% da população adulta do mundo; e c) as mortes pelo uso de drogas ilícitas correspondem a uma parcela pequena, comparadas às causadas pelo tabaco (em média 200 mil mortes por ano causadas por drogas ilícitas e 5 milhões de mortes ao ano causadas pelo tabaco).²³

Conforme Relatório Mundial sobre Drogas 2010 elaborado pelo UNODC (Figuras 46 e 54, bem como as páginas 85 e 179), no período de 2006 a 2008 o Brasil se configurou com 10% das drogas que são traficadas à Europa via marítima, oriundas da América do Sul. Destaca-se que no ano de 2008 a França foi o país europeu que mais apreendeu cocaína, 6 milhões de toneladas, das quais 40% seriam oriundas do Brasil, observando-se também que nesse período 27,% das pessoas presas em Portugal por tráfico de cocaína possuíam nacionalidade brasileira, sendo o Brasil o maior mercado de cocaína da América do Sul, com mais de 900 mil usuários.

Destaca-se assim que atualmente no Brasil, o gradativo consumo (e abuso) no uso de drogas gera demais problemáticas no processo de desenvolvimento social, mormente a área de saúde e segurança pública, ressaltando-se que a violência, a partir do crime organizado, se encontra estreitamente interligada com as drogas (ALMEIDA, 2003), sendo o cometimento de 'infrações sociais' (as quais trazem consigo expressões de violências – do agressor para com a vítima e do contexto social para com o agressor) o concurso utilizado pelo dependente de drogas ilícitas, inserindo-o também na condição de infrator, considerando-se que essas são substâncias proibidas de serem produzidas, consumidas e comercializadas.

Sendo assim, verifica-se que a relação do uso de substâncias psicoativas produz um ciclo, onde seus usuários se tornam 'transgressores' da lei em virtude da apropriação ilícita, quando podem incitar o cometimento de atos infracionais mais graves para conseguirem sustentar o vício.

Nota-se que o uso de drogas pode ser antes ou após o cometimento da prática infracional, observando-se que “(...) não se pode afirmar peremptoriamente que

²³ Cf. UNODC, 2008, p. 7 (tradução nossa).

inevitavelmente isso aconteça ou que esta relação seja de causalidade” (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 39), mas sendo a dimensão da droga um fato a ser considerado, quando pertinente ressaltar a fala de um ex-traficante no Rio de Janeiro nos anos 70 e 80 ao apontar que

(...) [com] maconha.... não havia morte por você por exemplo querer fumar mais (*sem pagar*), você de repente levava um tiro na mão, levava um tapa na cara, surra, mas não morria. Ninguém era morto por isso. Agora quando cocaína entrava era diferente (...). É a natureza da droga que é completamente diferente (...), eu falo porque eu já experimentei (...), a cocaína muda completamente a tua personalidade, se você quer você fica violento, você fica 10 vezes mais violento, mais nervoso, assustado, com medo, tudo se multiplica (...), se você abusa do uso de cocaína você acaba não sendo um bom soldado. Você vira um risco para a boca de fumo (...), teve esse cara que usou a cota dele e pediu para usar mais, o gerente deixou, o cara ficou tão alucinado à noite que deu um tiro na cabeça do outro, achou que era um policial (...). Depois, claro, foi morto (...) então, como falei, pó é um negócio perigoso (DOWDNEY, 2003, p. 34).

Nesse direcionamento se observa informações oriundas da Secretaria do Estado de Segurança Pública do Paraná (SESP), quando se registra que, presentemente, o sistema penitenciário do Estado possui a quase totalidade de seus sujeitos (presos), envolvida direta ou indiretamente com drogas (como usuários ou traficantes), sendo o uso de drogas fator presente nas ocorrências policiais diárias “(...) pois os delitos são gerados por pessoas que estão sob o efeito de substâncias tóxicas ou praticando delitos com o intuito de conseguir dinheiro para a compra e o consumo das mesmas” (SESP, 2010), o que também envolve demais problemáticas no âmbito social, tal qual a prostituição de meninas e atos infracionais de furto/roubo por meninos, para sustentarem o vício.

Entretanto, prudente se faz considerar que o uso de substâncias psicoativas não é apenas uma questão individual²⁴, mas sim envolvido no contexto de complexas relações sociais nas quais o âmbito familiar e cultural são presenças nucleares. Tal consideração se sobressai a partir da década de 1950, quando gradativamente se registrou o aumento dessa prática, em particular dinâmica na qual, no contexto contemporâneo, resulta do contraditório processo de desenvolvimento social.

Álcool e o tabaco também se enquadram nesse contexto, ressaltando-se que para muitos jovens brasileiros o consumo de bebidas alcoólicas pode ter seu início ainda na infância, em ambiente familiar, quando se destaca que “o consumo, em particular o de

²⁴ Não sendo por parte deste trabalho considerado o uso de substâncias psicoativas como um “problema de crime”, mas de saúde pública, conforme anteriormente expresso, que se faz necessário intervir com uma perspectiva de desnaturalização dessa associação.

cerveja, é visto como um comportamento comum, e até mesmo valorizado, entre muitos adolescentes brasileiros” (NOTO, 2009, p. 47).

Pondera-se então as considerações de Kodato e Silva (2000), ao ressaltarem que

O consumo de drogas, constitui-se assim em uma das principais portas de entrada para os atos infracionais e para o tráfico. Adolescentes pobres dependentes passam a praticar pequenos delitos para pagar dívidas assumidas com o uso de substâncias entorpecentes. Aos poucos, assumem “bronca” de traficantes maiores, inserindo-se assim numa rede de conflitos e disputa de mercados. Dentro dessa dinâmica de vida comercial ilícita, de economia de troca conturbada, de intenso porte de armas, no convívio intergrupar, é inevitável que os pequenos desacordos sejam resolvidos de forma violenta, intensificando-se até suas últimas consequências. Nesse mesmo sentido, também os espaços vivenciados pelos adolescentes não oferecem condições para mudarem a trajetória de envolvimento com o crime (KODATO; SILVA, 2000, p. 512-513).

Essa reflexão enseja reiterar a associação entre o uso/comércio de drogas como inserção em atos infracionais, decorrendo outras ações ilícitas conforme o “status” econômico e social do sujeito envolvido.

Identifica-se assim que

(...) os jovens sob efeito das drogas tendem a criar um mundo em que a realidade e a fantasia se misturam, têm sua capacidade cognitiva e laborativa comprometida, perdem o interesse em se relacionar com outras pessoas e de cuidar de si mesmos. Uma vez instalada a dependência, perdem a capacidade de estabelecer a relação entre prejuízo e benefício dos efeitos das drogas” (ZALESKI; LEMOS, 2009, p. 29).

Em tal condição, compreende-se que pelo usuário dessas substâncias são reconfiguradas as disposições sociofamiliares, ante a alienação estabelecida em um cotidiano sem eco, alucinado pelos anseios de serem preenchidas as lacunas deixadas por um “(...) processo de industrialização [que] promoveu transformações substanciais na sociedade ocidental” (ROBAINA, 2010, p. 9-10).

O fator preponderante ao ingresso do público adolescente nesse universo de estímulos e alucinações é o contexto de fragilização dos vínculos familiares, somado às culturas estabelecidas pelo público adolescente em seus relacionamentos sociais, bem como a pulverização dessas substâncias no cotidiano vivido, quando “As diferentes realidades culturais e econômicas encontradas nos mais diversos países, bem como as facilidades de transporte e comunicação, acarretam aumento considerável na diversidade de drogas

disponíveis no mercado” (ROBAINA, 2010, p.13), facultando ao ser social que se encontra ante o quadro conflituoso que caracteriza a adolescência por incertezas, inseguranças, ambiguidades, tais experiências em busca de uma identidade própria.

Desta maneira, indiscutivelmente são observados os reflexos nocivos dessas substâncias, as quais “(...) com o uso repetido (...), a sensação agradável vai diminuindo e o indivíduo, por consequência, se sente obrigado a aumentar a quantidade de uso da substância para voltar a desfrutar daquele bem-estar inicial” (ZALESKI; LEMOS, 2009, p. 16), quando assim se inicia o processo de dependência de drogas depressoras, estimulantes ou perturbadoras²⁵.

Nesse breve momento da formação do ser humano, em virtude dos conflitos gerados, além do cometimento de ações infracionais, o adolescente pode se vincular na utilização/comércio de substâncias psicoativas, contexto em que

(...) valoriza mais o grupo de amigos do que a sua própria família. Obedece às regras que o grupo estabelece, não importando se elas não forem semelhantes às regras impostas por seus pais em casa. Os grupos de adolescentes elaboram normas, sendo muito rígidos na cobrança de seu cumprimento. A pressão exercida pelo grupo poderá influenciar e muito no posicionamento que o adolescente irá tomar em relação ao mundo (ROBAINA, 2010, p. 22).

Tais registros podem ser visualizados no cotidiano social desses sujeitos os quais, envolvidos no uso dessas substâncias psicoativas, podem ter suas atitudes motivadas e apresentar comportamentos e ações violentas, destacando-se que “(...) os usuários de cocaína têm problemas de supressão de atividades neurotransmissoras, podendo ser vítimas de depressão, paranóia e irritabilidade” (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 37).

Desta maneira, a seguir serão abordados os aspectos metodológicos da presente pesquisa.

²⁵ Novamente sendo destacado que as drogas psicotrópicas são classificadas em três grupos, de acordo com a atividade que exercem no cérebro: *Depressores* (tranquilizantes, álcool, ansiolíticos, inalantes e opiáceos); *Estimulantes* (caféina, nicotina, anfetaminas ou bolinhas e cocaína); e/ou *Perturbadores* (tetrahydrocannabinol – THC) ou maconha, ecstasy, mescalina, cogumelos, lírio ou trombeta, dietilamina do ácido lisérgico (LSD) e anticolinérgicos (PASSOS, 2010).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Pertinente ressaltar que à presente pesquisa se itera que seu processo metodológico foi estruturado considerando a dinâmica vivenciada no contexto desse espaço socio-ocupacional, no transcurso da prática profissional enquanto Assistente Social, quando diante as incidência de atendimentos aos adolescentes que incorreram na ação infracional de homicídio, expressiva se fazia a angústia ao serem constatados diversos aspectos relacionados ao cometimento desse ato.

Objetivou-se então como norte verificar se a utilização de substâncias psicoativas é evidenciada no contexto da ação infracional de homicídio cometida pelo adolescente em conflito com a lei.

Para tanto, recorreu-se à pesquisa documental, que teve como fonte de dados registros dos relatórios mensais elaborados (os quais anualmente são agrupados pela SECJ em um documento intitulado “Relatório Consolidado”), bem como dos Estudos Sociais de 14 adolescentes (dados em arquivo), elaborado pela Equipe Técnica da Unidade, quando assim se buscou conhecer a caracterização socioeconômica dos adolescentes do município de Cascavel que foram encaminhados ao Centro de Socioeducação de Cascavel I (CENSE I), no ano de 2009, por terem se envolvido em ação infracional de homicídio, buscando identificar se há presença de substâncias psicoativas, e quais, no cotidiano dos mesmos

A opção por tais fontes de dados justifica-se pois: por meio do Relatório Consolidado foi possível obter uma contextualização geral sobre o perfil socioeconômico dos adolescentes, enquanto que os Estudos Sociais possibilitaram levantar mais especificamente os aspectos socioeconômicos e características sobre os motivos que levaram o adolescente à ação infracional, assim como questões referentes à utilização de substância psicoativas pelo jovem e suas relações no contexto da família.

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para obter autorização para disponibilização e uso dos documentos, foi estabelecido contato com a Coordenação de Socioeducação da SECJ (junto a Srta. Letícia Simões Rivelini,

secretária do Sr. Roberto Bassan Peixoto – Coordenador de Socioeducação), ao ser viabilizado acesso ao documento "Relatório Consolidado do ano de 2009", o qual permitiu uma visão geral sobre os adolescentes que foram encaminhados ao CENSE I/Cascavel nesse período, foi possível estruturar tais características dos adolescentes que incorreram nesse cometimento infracional, a partir dessa fonte de informações quantitativas.

No segundo momento com a prévia autorização da Diretora da Unidade (ver termo anexo) foi possível a liberação dos Estudos Sociais dos 14 adolescentes sujeitos desta pesquisa para utilização dos objetivos do presente estudo.

3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para organização dos dados foi realizada leitura dos números apresentados no Relatório Consolidado 2009. Este processo nos permitiu ter uma caracterização geral acerca da realidade social dos adolescentes.

Mediante a análise de tais dados foram estruturados os seguintes *eixos* para análise dos gráficos, os quais serão apresentados a seguir em forma de tabela, a saber: a) Gênero; b) Raça/Cor; c) Renda; d) Situação Ocupacional; e) Escolaridade; f) Situação Familiar e Domiciliar; g) Referência(s) no Núcleo de convívio; h) Substâncias Psicoativas utilizadas; e i) Motivo da Apreensão.

Posteriormente com o objetivo de apresentar as informações específicas acerca dos adolescentes que respondiam pelo ato infracional de homicídio. Foram realizadas sucessivas leituras dos 14 estudos de caso o que permitiu a organização dos dados quanti-qualitativos.

Desta maneira, a partir da análise dos Estudos Sociais²⁶, foram estruturados os seguintes eixos de análise, a saber:

1. eixo quantitativo – a) Passagens anteriores no sistema socioeducativo; b) Passagens anteriores na Unidade ; c) Gênero, Idade e renda familiar mensal; d) Nível escolar; e) Substância psicoativa utilizada; f) Motivos relacionados à infração; e g) Presença de Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar.
2. eixo qualitativo – a) Motivo da ação infracional de homicídio; e b) Presença de

²⁶ Os quais foram identificados como E1, E2.... até E14.

Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar.

Desta maneira, no próximo item são apresentados e analisados os dados da presente pesquisa.

3.3 COMPREENDENDO OS DADOS DA PESQUISA

Para mais oportuna aproximação com os resultados do presente trabalho, a seguir serão apontados "O perfil geral dos adolescentes no contexto do Centro de Socioeducação" e "O perfil dos adolescentes no Cense I/Cascavel que cometeram ato infracional homicídio".

3.3.1 O Perfil Geral dos Adolescentes no Contexto do Centro de Socioeducação

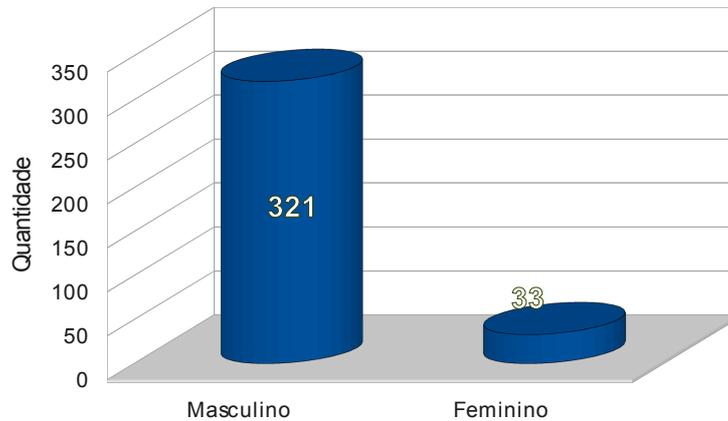
No contexto do Centro de Socioeducação de Cascavel I - CENSE, ano de 2009, destacou-se pelos adolescentes o uso de álcool, tabaco, maconha e cocaína (essa principalmente na forma de pó ou em pedra – *crack*), substâncias que estimulam o estado de alerta e causam expressiva dependência²⁷.

Na leitura do Relatório Consolidado de 2009, das 354 incidências infracionais nesse período, 90,67% ocorreu por adolescentes do gênero masculino e 9,4% do gênero feminino, conforme Gráfico 1, dado este que se verifica não destoar da realidade nacional²⁸.

²⁷ Para aprofundar essa discussão, bem como às reações específicas de cada substância psicoativa, confira ZALESKI e LEMOS, 2009 e NOTO, 2009.

²⁸ Confira ARAUJO (2004), bem como os registros inscritos na página da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. *BH agiliza atendimento a menor que comete ato infracional*. Disponível em http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_739166.asp. Acesso em 18 ago. 2010.

Gráfico 1 – Gênero dos adolescentes custodiados no CENSE I_2009

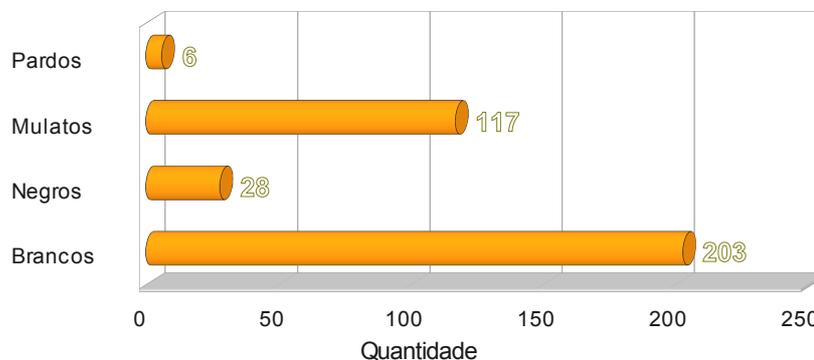


Fonte: PARANÁ, 2010b.

Observa-se, conforme dados de Gueresi e Silva (2003, p .11), que dos adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, “predomina uma certa igualdade na proporção de gênero, pois dos 23,3 milhões de adolescentes, 11,7 milhões são meninos e 11,5 milhões são meninas. No quesito raça/cor, a relativa igualdade também é outra característica desse grupo etário, já que a proporção dos adolescentes não brancos é igual a 50,9% e a dos brancos 49,1%.”

Desta maneira, considera-se no tocante a Raça/Cor declarada pelos adolescentes custodiados no CENSE I, na forma pela qual se percebem, conforme padrões definidos pela Secretaria da Criança e da Juventude que 57,34% mencionaram ser de origem Branca enquanto 7,9% de origem Negra, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Raça/Cor declarada pelos adolescentes custodiados no CENSE I_2009.



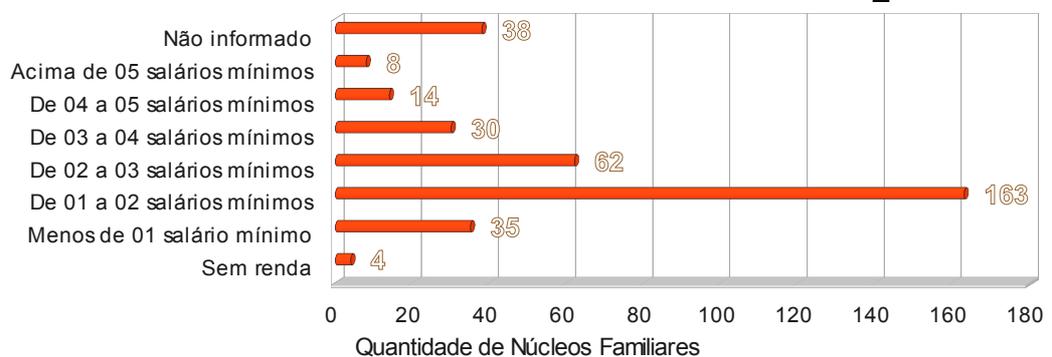
Fonte: PARANÁ, 2010b.

Tais registros na realidade social do município de Cascavel junto ao público adolescente em conflito com a lei, ensejam apontar considerações diversas na análise do

processo histórico brasileiro de preconceitos, discriminação e exclusão social, mormente a relação entre os aspectos raciais e o ato infracional, contexto no qual o Estado punia as pessoas pelo que elas apresentavam ser, “(...) por sua condição pessoal (ser pobre, ser rica, ser de esquerda, ser de direita, ter tal ou qual raça, pensar desta ou daquela maneira, ser idoso, adulto, criança ou adolescente)” (SÊDA, 1999 *apud* SARAIVA, 2010), e não por suas condutas 'reprovadas' socialmente.

Nesse contexto em que se encontram tais sujeitos, acessar direitos sociais e condições dignas de vida se tornou um mecanismo de defesa diante as impossibilidades ao consumo²⁹, quando se destaca que o processo de globalização no Brasil trouxe consequências “(...) que repercutem bem mais no aumento da exclusão social do que propriamente na reversão da recessão econômica” (PAIVA, 1999, p. 28), podendo ser apontado que a renda familiar dos adolescentes naquele momento internados provisoriamente no CENSE I, em 46% dos casos se registrou entre 01 e 02 salários mínimos (R\$ 465,00 – nacional e R\$ 527,00 – Paraná), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Renda do Núcleo Familiar do Adolescente custodiado_2009



Fonte: PARANÁ, 2010b.

Pertinente salientar a ocorrência do processo de internação provisória junto a adolescentes oriundos de núcleos familiares com maior estabilidade econômica (a partir de 03 salários mínimos), considerando a realidade social do município de Cascavel, destacando-se que muitas das ocorrências desse público se faziam em virtude da vinculação com substâncias psicoativas, incidindo os adolescentes na ação infracional de Tráfico de Drogas, conforme descrito na Lei Federal n.º 11.343/2006.

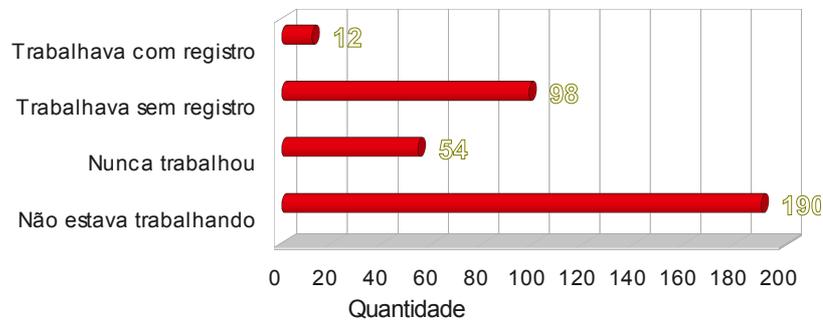
Nesta discussão, percebe-se que objetivamente existem muitas contradições

²⁹ “A liberdade de consumo, associada ao liberalismo dos desejos, das vontades, do direito de expressão, numa sociedade que pretende ser informal e antinômica, dão aos homens a impressão da reconciliação com a felicidade plena” (CAMPANER, Isilda. *A individualidade no círculo da cultura mercantilizada*. [S.l.: s.n], 1998, p. 163).

intrínsecas do sistema capitalista frente à garantia dos mecanismos formais de organização da sociedade, mostrando-se neste processo os direitos sociais que efetivamente são elegidos à esfera ideal, político-jurídica, embora também devam ser reconhecidos como conquistas dos trabalhadores³⁰.

E quanto a esse universo, laborativo, evidenciou-se que dos casos apresentados no ano de 2009, 53,67% dos adolescentes custodiados no CENSE I registraram não que estavam trabalhando quando do contexto da apreensão, enquanto apenas 3,38% trabalhava com registro em Carteira de Trabalho (CTPS), conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Situação Ocupacional dos adolescentes custodiados_2009



Fonte: PARANÁ, 2010b.

Necessário apontar que, no tocante às ações laborativas, aproximadamente 60% do universo registrado (218 adolescentes) foram custodiados com 16 anos ou mais de idade, estando em condições laborativas.

Importa assim suscitar a discussão do contexto familiar no qual tais adolescentes se encontravam inseridos, resgatando particular preceito histórico no qual se evidencia que a alienação da produção se dá entre todos os membros da família e não apenas para o homem e mulher trabalhadores, alienando-se à produção o trabalhador e toda sua família, barateando-se o custo da fabricação juntamente ao aumento da mais-valia (MARX, 1980)³¹, quando se ressalta que os adolescentes muitas vezes estão despreparados ao ingresso no mercado de

³⁰ Cf. MOTA, 1995, p. 143.

³¹ Observa-se que “(...) A mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho...” (MARX, 1980, p. 222). A produção da *mais-valia* é o teor de objetivo próprio da produção capitalista mesmo considerando as mais variadas alterações no processo de produção. Assim, torna-se melhor visível que “Dentro do processo de produção conquistou o capital o comando sobre o trabalho, sobre a força de trabalho em funcionamento ou seja sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com o grau adequado de intensidade.” (Ibid., p. 354) Deste modo, “(...) Em termos genéricos, o método de produção da mais valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo” (Ibid., p. 467). Neste sentido, o capital sistematicamente absorve as condições de vida do trabalhador, usurpando-lhe “o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho (...)” (Ibid., p. 488).

trabalho, sem a *maturidade funcional*³² aos embates dele resultantes.

Entretanto, considerando os aspectos do eixo renda do núcleo familiar (Gráfico 3), bem como da necessidade de ser provida a própria relação domiciliar, os adolescentes ingressam no mercado de trabalho registrando baixa escolarização básica (a maioria teria concluído apenas a 5ª série do Ensino Fundamental), salientando particular despreparo que os inscrevem ao mercado informal, com baixa remuneração, ante afazeres que podem lhes promover danos físicos e emocionais, visto serem realizados em locais inadequados a esta faixa etária.

Observa-se assim que dos 354 adolescentes que foram custodiados no ano de 2009, 60% (214) anunciaram que não estavam frequentando a escola no contexto de sua apreensão, conforme Quadro 01:

QUADRO 01 – Escolaridade dos adolescentes apreendidos que não estavam com frequência escolar regular

Ensino fundamental – 1ª série	0
Ensino fundamental – 2ª série	6
Ensino fundamental – 3ª série	4
Ensino fundamental – 4ª série	10
Ensino fundamental – 5ª série	81
Ensino fundamental – 6ª série	34
Ensino fundamental – 7ª série	25
Ensino fundamental – 8ª série	17
Ensino médio completo	0
Ensino médio incompleto	17
EJA – Ensino Fundamental – Fase 1	12
EJA – Ensino Fundamental – Fase 2	8
EJA – Ensino Médio	0
Total:	214

Fonte: PARANÁ, 2010b.

Junto aos 140 adolescentes que registraram frequência escolar (40% dos apreendidos), destaca-se de desse conjunto aproximadamente 20% (27) já se encontra no Ensino Médio, estando 17% (24) na 8ª série do Ensino Fundamental, conforme Quadro 2:

³² Considerada como somatória entre maturidade psicológica e maturidade profissional, na qual se evidencia a capacidade do sujeito em aceitar e desenvolver responsabilidades para tarefas individuais ou de um grupo.

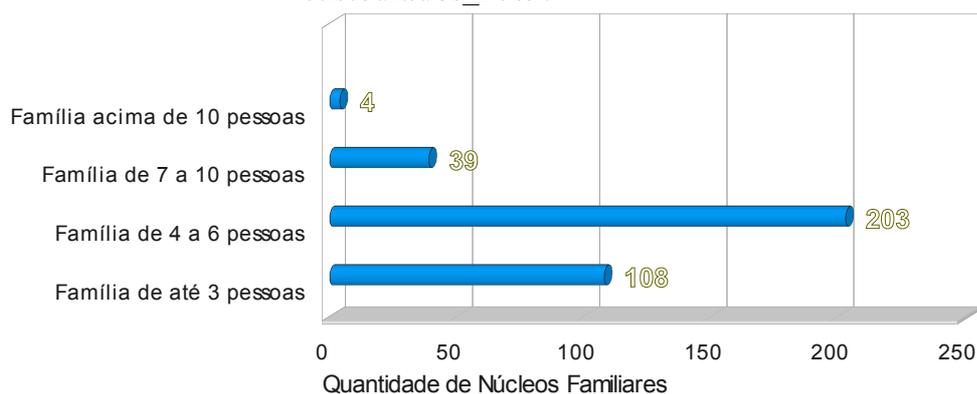
QUADRO 02 – Escolaridade dos adolescentes apreendidos que estavam com frequência escolar regular

Ensino fundamental – 1ª série	0
Ensino fundamental – 2ª série	0
Ensino fundamental – 3ª série	3
Ensino fundamental – 4ª série	3
Ensino fundamental – 5ª série	17
Ensino fundamental – 6ª série	18
Ensino fundamental – 7ª série	21
Ensino fundamental – 8ª série	24
Ensino médio completo	0
Ensino médio incompleto	27
EJA – Ensino Fundamental – Fase 1	7
EJA – Ensino Fundamental – Fase 2	7
EJA – Ensino Médio	13
Total:	140

Fonte: PARANÁ, 2010b.

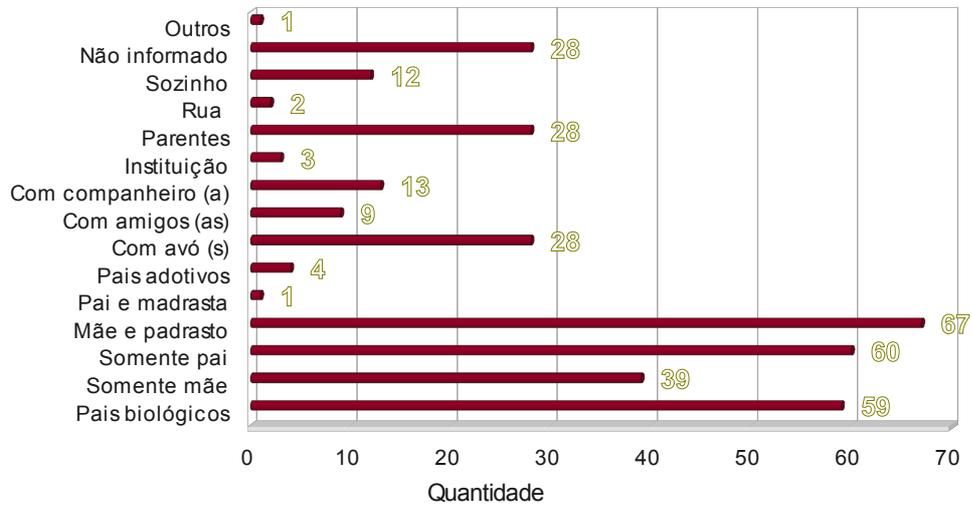
Aborda-se, assim, que no ano de 2009 57,34% dos adolescentes custodiados apontaram residir em núcleo familiar com 4 a 6 integrantes (Gráfico 5), nos quais 67% possui na sua referência a relação entre mães e padrastos (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Situação Familiar e Domiciliar dos adolescentes custodiados_2009.



Fonte: PARANÁ, 2010b.

Gráfico 6 – Referência(s) no Núcleo de convívio dos adolescentes custodiados_2009.

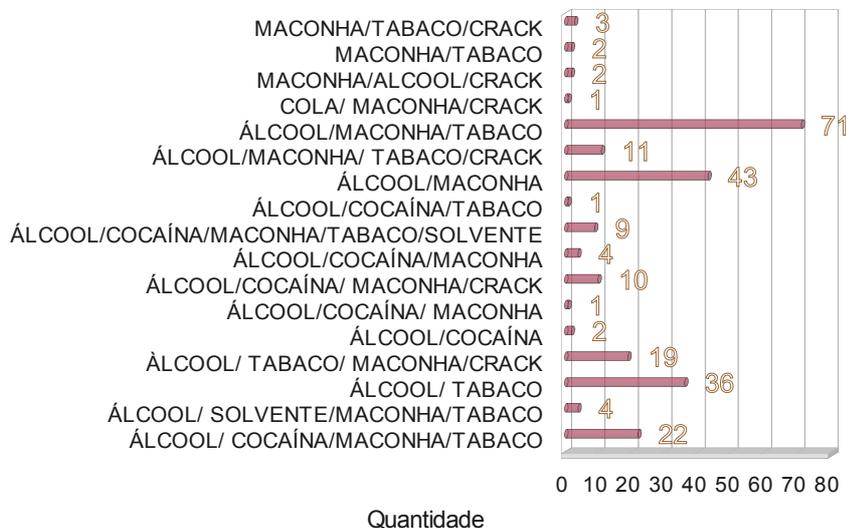


Fonte: PARANÁ, 2010b.

Torna-se válido ressaltar que apenas 16% dos adolescentes custodiados naquele período apresentaram a referência dos pais biológicos em seus núcleos familiares, sendo observado que nas demais configurações de família por vezes se revelava convivência possível com madrastas, avós e parentes.

Nesse contexto, expressa-se que 68% (240) dos adolescentes apreendidos naquele período apontaram o uso de substâncias psicoativas, dos quais 29,46% salientaram utilizar conjuntamente álcool-tabaco-maconha, seguido por 17,84% que assinalaram o uso de álcool-maconha (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Substâncias Psicoativas utilizadas pelos adolescentes custodiados_2009.



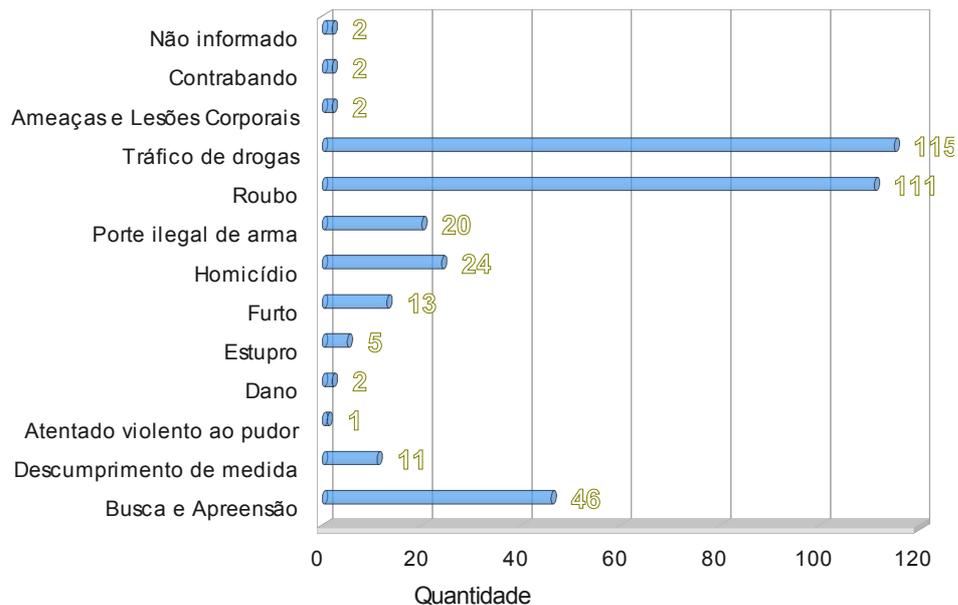
Fonte: PARANÁ, 2010b.

Desta forma, conforme se observará a seguir (Gráfico 8), 32,48% das apreensões no

ano de 2009 se fizeram em virtude do Tráfico de Drogas pelos adolescentes, acompanhado por 31,35% de ações infracionais capitulada no Art. 157 do Código Penal (Roubo), ações estas que são pelos adolescentes conduzidas em virtude de seus anseios de acumulação de capital, a qual também anseiam, conforme atestam.

Pontua-se assim que ao mesmo tempo em que o Estado, diante o contexto da produção capitalista ao qual é proposto, deve assegurar as prerrogativas do capital através de sua acumulação e da garantia da propriedade privada, ele também busca resguardar uma ‘atmosfera social’ agradável para tal acúmulo, ante a lógica do controle, à regulação social, da ‘compra e venda da força de trabalho’, através de legislações e intervenções que asseguravam ao trabalhador a reprodução ampliada da força de trabalho, ao mesmo tempo favorecendo o capital, permitindo sua acumulação³³.

Gráfico 8 – Motivo da apreensão dos adolescentes custodiados_2009.



Fonte: PARANÁ, 2010b.

Conforme RATTON JR (1996, p. 31), entre os anos de 1981 e 1990 houve crescimento de 15,8% da Taxa de Mortalidade por Homicídio no Estado do Paraná, contexto no qual se ressalta que

A esmagadora maioria dos crimes cometidos em todas as sociedades de que se tem informação, é praticada por indivíduos situados na faixa etária

³³ Cf. VIEIRA, 2001.

entre 15 e 25 anos (...). Os dados parecem indicar que criminosos adultos crônicos foram criminosos juvenis crônicos (a noção de cronicidade aqui diz respeito à repetição de delitos). Assim, políticas públicas de controle do crime têm que enfrentar alguns desafios resultantes da constatação acima (RATTON JR, 1996, p. 91-92).

Desta maneira, salientam-se que das 354 entradas de adolescentes no ano de 2009, em 104 (28%) os adolescentes foram encaminhados à Medida Socioeducativa de Internação. Nota-se que no referido documento (Relatório Consolidado), da população atendida nesse período 27% (84 adolescentes) tinham 16 anos de idade quando da entrada na Unidade, seguido por 22% (70 adolescentes) com 17 anos de idade.

Esse registro convida refletir sobre particular associação entre marginalização econômica e violência praticada por adolescentes, quando se observa que dessas 354 entradas de adolescentes no CENSE I/Cascavel, 24 (6,7%) se fizeram pelo cometimento da ação infracional de homicídio, sendo destes 14 casos (58,3% da ação de homicídio e 3,95% dentre todas as passagens em 2009) conduzidos por adolescentes residentes na cidade de Cascavel, o qual se caracterizou público-alvo da presente pesquisa.

3.3.2 O perfil dos adolescentes no CENSE I/Cascavel que cometeram ato infracional de homicídio

a) Passagens anteriores no sistema socioeducativo

Torna-se então evidente que 42,8% (06) dos adolescentes apontaram que até então não possuíam passagem por Delegacias, considerando-se que 28,5% (04) dos adolescentes anteriormente já haviam recebido Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e 14,2% (02) de Internação.

b) Passagens anteriores na Unidade

Os 14 (quatorze) Estudos Sociais do público pesquisado evidenciaram, a partir da fala dos adolescentes, que somente 02 (dois) adolescentes (14,2%) já possuíam passagem

pela Unidade antes da referida ação infracional pelo qual estavam sendo julgados.

c) Gênero, Idade e renda familiar mensal

Ressalta-se que todos os homicídios foram cometidos por adolescentes do gênero masculino, cuja média de idade foi de 15,7 anos de idade e média da renda familiar mensal de 2,5 salários mínimos.

d) Nível escolar

Quanto ao nível escolar, considera-se que 35,7% (05) dos adolescentes envolvidos estavam com nível escolar de Ensino Médio, estando 42,8% (06) dos adolescentes trabalhando quando do cometimento infracional, 35,7% (05) anunciou já ter trabalhado, e 21,4% (03) nunca teria trabalhado.

e) Substância psicoativa utilizada

Observou-se, desta maneira, a presença de Substâncias Psicoativas no núcleo familiar, constando-se que nos casos em que se evidenciou histórico de substâncias psicoativas na família, as mesmas substâncias foram registradas no uso pelo próprio adolescente.

Nesse quadro, quanto ao uso de Substância Psicoativa utilizada pelo adolescente a bebida alcoólica foi a substância mais presente (85% dos casos), seguida por tabaco (71%), maconha (50%) e crack (21%)³⁴.

Quanto a este assunto, importa ressaltar que “Existe uma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada” (BRASIL, 2004, p. 13).

Esse registro pode ser ratificado quando se verifica que

Estudos mostram a possibilidade de se mensurar o impacto que as drogas têm para o aumento da criminalidade. No momento do crime cometido, o álcool é o que se faz mais presente e é o principal responsável pelos acidentes e pelos homicídios culposos (...). Um percentual muito menor, entre 10% e 20% é cometido sob efeito de cocaína. Pelo uso de maconha não se tem notícia de crimes (...) (D' AGOSTINI, 2009, p.54).

Destacou-se assim, o seguinte Quadro com a relação e frequência de substâncias psicoativas de uso mais presente no cotidiano desses adolescentes:

³⁴ “De acordo com o Ministério da Saúde, o levantamento mais recente sobre o consumo da droga é de 2005, feito pelo Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) em 108 cidades brasileira. A pesquisa aponta que 0,1% da população fumou crack nos 12 meses anteriores à pesquisa. No mesmo período, 2,6% haviam fumado maconha, 1,2% tinha utilizado solvente, 0,7% havia usado cocaína, enquanto 49,8% das pessoas consumiram álcool”. NOVAES, Marina. Disponível em: <<http://noticias.r7.com>> Acesso em 06 maio 2010.

QUADRO 03 – Substâncias psicoativas utilizadas pelos adolescentes e sua frequência.

SUJEITO	SUBSTÂNCIA E FREQUÊNCIA
E1	Maconha (constante, há 01 ano)
E2	Tabaco (constante há 06 anos), maconha (esporadicamente há 04 anos), crack (esporadicamente há 01 ano) e bebida alcoólica (esporadicamente)
E3	Tabaco (há 01 ano), bebida alcoólica (esporadicamente)
E4	Tabaco (há 01 ano), Maconha (esporadicamente, há 05 meses), Bebida alcoólica (esporadicamente)
E5	Tabaco (há 01 ano), Maconha (há 01 ano) e Bebida Alcoólica (esporadicamente)
E6	Tabaco (há 01 ano), bebida alcoólica (esporadicamente)
E7	Tabaco (há 06 anos) , Crack (utilizou por 02 anos, há 01 ano), Maconha (há 04 anos), Bebida alcoólica (frequentemente)
E8	Tabaco (há 01 ano), bebida alcoólica (esporadicamente)
E9	Bebida alcoólica (há 03 anos)
E10	Tabaco (há 03 anos), maconha (há 04 anos), bebida alcoólica (esporadicamente)
E11	Bebida Alcoólica (esporadicamente)
E12	Tabaco (há 05 anos), maconha (há 05 anos), bebida alcoólica (esporadicamente), crack (há 03 anos)
E13	Maconha (há 01 ano)
E14	Tabaco (há 02 anos) e Bebida alcoólica (esporadicamente)

Fonte: SECJ/CENSE I Cascavel. Estudos Sociais. 2009.

f) Motivos relacionados à infração

A ação infracional de homicídio pelos sujeitos da pesquisa, evidencia motivo diversos, dentre os quais destacamos questões como: rixas, ameaças, acidente, uso de substâncias psicoativas ou mesmo não reconhecimento do sujeito na referida ação.

- negaram o cometimento infracional (02);
- atestaram ação infracional em virtude de rixas (04);
- atestaram o cometimento infracional em virtude de estarem sendo ameaçados (03);

- acusaram ter cometido o ato infracional após uso direto de substância psicoativa (03); e
- atestaram cometimento infracional por outros motivos (02).

Desta maneira, nos 02 (dois) Estudos Sociais em que os adolescentes negaram o cometimento infracional foi mencionado que

- Quanto ao ato infracional em questão verbaliza que não o praticou (E7); e
- Relata que estava presente, mas não participou. Afirma ter estado no local mas não efetivou nenhuma prática, não tentou impedir porque quando percebeu já era tarde (E8).

Em 03 (três) casos foi pelos adolescentes mencionado que o ato infracional foi realizado em virtude de estarem sendo ameaçados, ainda que em 01 (um) deles tenha ocorrido de maneira acidental:

- Por anteriormente ser ameaçado pela presente vítima (E5);
- A presente ação infracional teria se iniciado na ameaça recebida por [adolescente autor do ato infracional], [nome da presente vítima], 'eu já tava com a arma, com pensamento mau (...), e o cara coloca a mão na cinta [supostamente portando uma arma] (...)', destaca registrando: 'eu pensei que podia sê tudo diferente, se eu tivesse conversado com ele talvez não tinha mais inimizade, não tava aqui (...)', salienta (E3); e
- Disparo acidental de arma de fogo. o adolescente em foco reforça que aquele teria sido o 1º dia em que levou a arma de fogo para o colégio, 'porque tinha aqueles piá me ameaçando lá no [bairro] (...). Já mataram meu irmão e tavam querendo matá eu (...)', atesta (E6).

Destacam-se assim 04 (quatro) situações de 'acerto de contas', seja de maneira individual ou coletiva:

- Em virtude de rixa de gangue (E1);
- 'Eu não queria mal pra ninguém não, mas antes que chorasse minha mãe de novo, que chore a mãe do otro (*sic*) (...)', considera. Ao estar em uma danceteria na cidade reencontrou com pessoas que conheciam quem matou seu irmão, os quais teriam lhe ameaçado de morte, quando então incorreu na presente ação infracional (E11);
- Voltou ao [determinado] lugar para executar a vítima pois tinha o intento de matá-lo, pois ele teria olhado as meninas pela fresta e por tê-lo desafiado com um canivete (E12); e
- [O adolescente acusado pelo ato infracional] menciona que seus amigos teriam atirado contra determinada pessoa, 'porque eles apedrejaram a casa lá (...)', e em seguida deixaram uma chave e documentos de um carro

consigo, 'porque o carro tava na frente da casa da minha mãe (...)', pondera (E14).

Importa, deste modo, assinalar os 03 (três) casos em que o ato infracional é apontado pelo adolescente autor, no contexto de seu particular uso de substâncias psicoativas:

- Após ter o adolescente se embriagado em um bar e então assassinado uma pessoa que teria estuprado uma menina, 'nóis (*sic*) fiquemo com raiva (...), daí nóis (*sic*) entremo na casa dele e começamo a tortura ele (...), porque sim, era estuprador, safado, sem vergonha (...)', destaca (E2);
- Aponta que 'a garota teria dito que não pagavam o aluguel direito, como estava bêbado não se controlou e, devido terem revidado, pegou um pau e bateu no outro que estava defendendo a vagabunda' (E10); e
- A ação infracional pela qual responde teve seu início quando o adolescente [nome1] e o amigo conhecido por 'xuxa' teria buscado comprar bebida alcoólica (vinho), ocasião em que conheceram [nome2] (a vítima) e posteriormente começaram a utilizar cocaína, 'só que nessa hora eu não tava', atesta [adolescente que responde pelo ato infracional] mencionando que quando chegou a residência (próximo das 03:00hs) as pessoas que lá se encontravam não mais estavam utilizando droga, mas [nome1] e [nome2] estavam discutindo, tendo em momentos subsequentes [nome1] assassinado [nome2] e começado a gritar na rua 'eu matei, eu matei (...), daí ele pediu pra mim ajudá ele a levá o corpo (...), daí eu ajudei ele só a atravessá a rua com o corpo (...)', considera o referido adolescente (E13).

E, por fim, assinalam-se os 02 (dois) casos em que o ato infracional de homicídio não teria sido planejado, mas foi decorrente da ação infracional concomitante:

- 'Eu não sei como te explicá, eu memo (*sic*) decidi andá armado, eu gosto de arma (...)' (E9); e
- O ato infracional ocorreu ao ter sido convidado por um conhecido, 'até aquele ponto era meio que amigo, depois daquele ponto agora é 'desconhecido' (...), não é uma situação que dê pros dois saí da cadeia e dá risada, como se fosse uma aventura', ressalta. Em tal fato, assinala que ao referido assalto [nome do outro adolescente] teria pego emprestado uma arma de fogo, calibre 32, 'ele tinha recém alugado a casa dele, não sei se tava com condição de comprá nada não (...)', menciona (E4).

Salientam-se, desta maneira, que ao contexto das referidas infrações, nos Estudos Sociais foi constatado que o adolescente

- Relata que estava numa festa, lá ingeriu conhaque, cerveja, bem como maconha. Faz uso cerca de 10 baseados no dia. Percebeu que não estava lúcido. Nesta festa teria tido contato com a vítima, teria também dito que era para o mesmo aproveitar a festa, porque nesta mesma noite viraria 'finado' (E2);

- É usuário de maconha. Fuma 03 baseado ao dia há sete meses (E5);
- Estava alcoolizado (E10); e
- Pouco antes de completar 15 anos, permanecia o dia inteiro vinculado ao uso de crack, 'acordava cedo e ia pro sinal (...), ganhava 10 real e ia fumá e vortava (*sic*) [para o sinal] (...)' (E12).

g) Presença de Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar

Pertinente apontar que em 50% (7) dos Estudos Sociais avaliados, a figura da *genitora* é a referência de convívio no núcleo familiar, havendo também a representação de genitores (03), avós (02), genitor (01), genitora e padrasto (01).

Observou-se que a ingestão de substância psicoativas por genitores ou responsáveis (42%) correspondeu a sua utilização pelos referidos adolescentes, quando encontrado: a) alcoolismo do genitor/avô (04); e b) uso de crack/maconha pelo genitor/irmãos (02).

Em tais contextos, foi possível verificar nos Estudos Sociais falas dos adolescentes/familiares as quais merecem particular atenção. Nessa situação se encontram os adolescentes E2, E3, E8 e E10, os quais a seguir terão seus casos apontados.

Adolescente E2, o qual seria o 2º filho do casal dos genitores (pai falecido), registrou ter mais 03 irmãos, dos quais duas irmãs menores estariam residindo em outra cidade, “porque a mãe delas mora lá”, anunciou. Observou-se que o relacionamento com os irmãos seria tranquilo, “só com a minha mãe que não (...), ela quis me dá pra um casal, daí minha vó me criô (...)”, considerou expressando repulsa por tal genitora em virtude de suas ações, “(...) eu sinto ódio (...)”, registrou.

No Estudo Social de E2 também se ressaltou sua fala ao salientar que até seus 07 anos de idade sua vida “foi uma desgraça (...), nunca tive amor, nem carinho (...), até hoje nada [de positivo]”, considerou mencionando que se recordava de agressões que recebia de um tio e do genitor, “meu pai pegava minha cabeça e explodia na parede (...)”, atestou, bem como mencionou que passou a 'adquirir' várias passagens na polícia, quando seus avós ou um tio o retirava, “só minha vó que dava sermão, meu vô falava ‘que podia apodrece na cadeia que ele não tava em aí’”, salientou com rancor.

Foi nesse contexto que o referido adolescente (com 15 anos de idade) registrou ter experimentado maconha aos 11 anos de idade, “fumei umas duas vez só (...), mas tava dando umas pitadas [agora] só (...)”, tendo aos 14 anos de idade iniciado uso de crack, “eu já fui viciado (...), não dexa lóco não, só tê consciência (...)”, considerou.

Observa-se assim o caso do adolescente E3, quando no referido Estudo sua genitora atestou: “ele era um menino muito bom, ele não era briguento (...)”, ao mesmo que “gosta

muito de saí (...), ele não é muito de ficá na rua, por muito tempo (...), ele não é respondão com a gente (...), mas gostava muito de saí (...)", ressaltou.

E3 assim ratificou que sua infância teria sido estável, "tudo o que a gente precisava a gente pedia pro pai e ele arrumava pra gente (...), ele é trabalhador (...)", ponderou destacando que não obstante ao seu contexto sociofamiliar estável, mantinha particulares vínculos os quais os genitores "(...) eles conheciam só os piá gente boa (...), os otro que usavam droga eles não conheciam (...)", considerou.

Nesse contexto, E3 salienta que faziam 07 meses que utilizava tabaco, vindo a fazer uso de bebida alcoólica esporadicamente, "sábado é sagrado (...), mas é só cerveja e vinho (...)", atestou.

Situação semelhante é vista no Estudo Social do adolescente E8, o qual é o 3º filho do referido casal de genitores, tendo mais 04 irmãos com os quais "sempre se deu bem (...), tem uma briguinha de vez em quando", assinalou sua genitora apontando que junto aos genitores também teria estável relacionamento, "nunca me respondeu (...), sempre se deu bem comigo (...)", atestou.

O desenvolvimento sociofamiliar desse adolescente foi apontado por sua genitora como tranquilo, ressaltando salutar envolvimento escolar, "ele sempre foi muito tranquilo (...)", assinalou a genitora considerando: "até os 15 ano foi tranquilo, não tinha nenhuma passagem, nem nada (...)".

Deste modo, dos 15 aos 17 anos de idade de E8, sua genitora menciona que o contexto em que o adolescente em questão se envolvia era "dentro de casa, jogando videogame, dormindo, vendo televisão e cuidando dos irmãos (...)", mencionou assinalando que "ele não era daquele piá de andá na rua, que nem tava ultimamente (...)".

Não obstante, seis meses antes da realização do referido Estudo Social, a genitora do adolescente ressalta que o mesmo alterou seu comportamento, quando teria passado vinculação com outro adolescente e "ele não ficava mais em casa (...), saia e voltava tarde (...), onze horas (...), ele chegava e ia dormi (...)", atestou e em seguida ajunta: "eu não faço nem idéia do que passô pela cabeça dele pra ele fazê isso (...)", registrou a genitora salientando que E8 em nenhum momento anterior teria lhe 'incomodado'.

Destaca-se que tal adolescente, conforme mencionado por sua genitora, "ele sempre teve bronquite (...), e agora ele deu pra fumá (...)", salientou ajuntando que o mesmo fazia uso de bebida alcoólica esporadicamente, "diz ele que é vinho, que ele bebe com a piazada (...)", assinalou essa genitora.

Assim, faz-se pertinente registrar os aspectos do Estudo Social do adolescente E10, quando evidenciando ser o mesmo filho mais novo do referido casal de genitores, tendo mais 03 irmãos com os quais destaca salutar relacionamento, o que igualmente ocorreria com a genitora, mas “com meu pai eu não vô muito com a cara dele (...), porque quando eu vi a separação dele e da minha mãe eu não podia fazê nada (...), eu nem converso muito com ele (...)”, apontou.

Nesse sentido, contando com aproximadamente 05 anos de idade o referido adolescente considera ser o momento da separação dos genitores, “eles brigavam direto (...)”, sendo tais ocasiões presenciadas pelo mesmo, “eu não podia falá nada, só olhando os dois brigá (...), e chorava só (...)”, atestou expressando que nesses momentos buscava amparo junto aos irmãos que também se sentiam indefesos. Após tal separação o adolescente teria permanecido junto a genitora e após seus 12 anos de idade “foi mudando as coisa (...), depois eu comecei a usá droga, fumá cigarro, bebê (...), daí foi indo, agora tô com 17 anos, preso (...), por isso que o cara tem que pensá muito bem antes de fazê, e eu não pensei!”, destacou.

A partir dos registros neste eixo da pesquisa (*Presença de Substâncias Psicoativas e relação no núcleo familiar*), pertinente se faz ressaltar as seguintes falas pelos adolescentes e familiares apontadas, as quais fazem parte do contexto da ação infracional:

a) “(...) , ela [a genitora] quis me dá pra um casal, daí minha vó me criô (...), eu sinto ódio (...)”; b) “meu pai pegava minha cabeça e explodia na parede (...), meu vô falava ‘que [eu] podia apodrecê na cadeia que ele não tava em aí’”; c) “(...) ele não é respondão com a gente (...), mas gostava muito de saí (...)”; d) “(...) [dos amigos] eles conheciam só os piá gente boa (...), os otro que usavam droga eles não conheciam (...)”; e) “com meu pai eu não vô muito com a cara dele (...), porque quando eu vi a separação dele e da minha mãe eu não podia fazê nada (...), eles brigavam direto (...)”; f) [após os 12 anos de idade] “foi mudando as coisa (...), depois eu comecei a usá droga, fumá cigarro, bebê (...), daí foi indo, agora tô com 17 anos, preso (...), por isso que o cara tem que pensá muito bem antes de fazê, e eu não pensei!”; h) “ele nunca me respondeu (...), sempre se deu bem comigo (...)”; i) “até os 15 ano foi tranquilo (...), depois ele não ficava mais em casa (...), saia e voltava tarde (...), onze horas (...)”.

Tais registros, por fim, ensejam destacar que nesses casos se observam que os aspectos da presença ou abandono familiar, da relação salutar ou não do adolescente junto ao núcleo de convívio, possuíram como contraponto negativo a vinculação dos referidos

adolescentes com grupos sociais, com os quais se objetivava o uso de substâncias psicoativas (previamente ou no curso do ato infracional), sendo a relação familiar do adolescente fator de extrema importância em sua transformação social.

Nesse contexto se torna válido destacar a fala de D' Agostini (2009, p.55), ao sugerir que as ocorrências infracionais praticadas pelos adolescentes,

se explicam a partir da própria violência da organização social brasileira, porque é na miséria e nas condições mínimas de desenvolvimento pessoal que se fabricam indivíduos (adultos hoje, crianças e adolescentes ontem), com cabeça totalmente modificada quanto à imagem positiva de si mesmos e dos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das presentes discussões buscou incitar a aproximação da temática referente às substâncias psicoativas, suas consequências à saúde enquanto problemática de ordem pública (“saúde pública”), considerando que seu uso incide nos aspectos sociais e econômico das famílias.

Ao ser estruturado como proposta norteadora a indagação acerca do *uso de substâncias psicoativas no contexto da ação infracional de homicídio cometida pelo adolescente em conflito com a lei*, registrou-se afirmativamente tal proposição, sendo verificado que bebida alcoólica foi a substância mais presente (85% dos Estudos Sociais analisados), seguida por tabaco (71%), maconha (50%) e crack (21%), havendo associação entre as mesmas.

Aproximando-se desse aspecto, foi possível entrever os meandros da prática infracional de Homicídio, quando salientado nos Estudos Sociais analisados a efetiva presença de substâncias psicoativas no 'contexto de vida' de todos os adolescentes que incorreram nesse ato, bem como no 'contexto da ação infracional' em si.

A partir da caracterização socioeconômica dos 14 adolescentes que responderam pela ação infracional de homicídio, objetivou-se identificar a presença de substâncias psicoativas e relação nos núcleos familiares, quando se destacou que a ingestão de substância psicoativas por genitores, responsáveis ou demais familiares (42% dos casos) correspondeu a sua utilização pelos referidos adolescentes.

Pertinente assim se mostrou, para responder aos objetivos propostos neste trabalho, a análise quanti-qualitativa dos Estudos Sociais e demais informações da SECJ/CENSE. Sendo estruturada uma caracterização mais geral dos sujeitos atendidos na Unidade (*eixo quantitativo*), o acesso aos Estudos Sociais dos adolescentes sujeitos desta pesquisa (a partir do *Termo de Compromisso para Uso de Dados em Arquivo*), ensejou a estruturação de um *eixo* à análise qualitativa.

Ao término da leitura dessas informações, evidenciou-se como pertinente destacar as considerações de Jesus (2006, p. 134), ao salientar que dos 40 mil homicídios ocorridos no Brasil, no ano 2000,

os adolescentes foram responsáveis por 448, mas foram vítimas em 3.800 casos. Aliás, 75% das mortes de jovens entre 14 e 19 anos são mortes

violentas. Os adolescentes, portanto, são muito mais vítimas do que perpetradores de violência neste país .

Com essa fala não se procura 'vitimizar' o adolescente em questão, desconsiderando o ato infracional pelo qual está sendo julgado, mas imprescindível se ressalta a necessidade dos esforços em conjugar à leitura realizada 'ao juízo', elementos que expressem as particularidades de cada adolescente.

Para tanto, no âmbito de estruturação do Estudo Social, observa-se que pela Equipe Técnica da Unidade é fundamental serem vislumbrados os contextos nos quais o adolescente evidencia em sua história de vida a relação com envolvimento infracionais, bem como a conjugação com substâncias psicoativas. A partir disso, podem ser estruturados devidos encaminhamentos com particular visão mais geral, integral, do próprio adolescente.

Percebe-se então que nessa leitura do real, da “produção social” na qual o adolescente está inserido, fundamental se faz extrapolar os limites determinados pelo próprio contexto socio-ocupacional da Equipe Técnica (tal qual a limitação de tempo à construção do Estudo Social e as limitações à aproximação da realidade objetiva do adolescente).

Nesse ínterim, com tal postura, é possível estender maior compreensão aos casos apresentados na Unidade, sendo os sujeitos vislumbrados no contexto do uso de substâncias psicoativas diante a perspectiva de 'saúde pública', quando se observa que

(...) os adolescentes que perambulam durante anos pelas ruas, praticando pequenos roubos e até, em situações-limites, assassinatos, quando são mortos ou cooptados pelo tráfico de drogas; ou ainda quando se tornam vítimas da truculência do aparelho do Estado, e em função disso incendeiam unidades de internação, estão a acirrar as contradições entre as classes sociais e a conferir *visibilidade* (grifo do autor) ao estado degradado e aviltado da cidadania da infância e adolescência do país (SALES, 2007, p.25).

Destarte, compreende-se as limitadas contribuições deste trabalho para o conhecimento da temática abordada, das substâncias psicoativas e sua relação com o ato infracional (no caso o de homicídio), quando novas questões devem ser suscitadas à estruturação dos conhecimentos técnicos dos atores envolvidos diretamente com esta temática, mormente dificuldades de ordem prática engessadas no cotidiano profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula da Rosa. A política criminal antidrogas no Brasil: tendência deslegitimadora do Direito Penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 131, 14 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uuol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4486>>. Acesso em 17 jul. 2010.

ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. **Justiça Juvenil**: A visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, em uma perspectiva dos Direitos Humanos. São Paulo, novembro de 2007.

ARANZEDO, Alexandre Cardoso; SOUZA, Lídio de. Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. **Rev. electrón. psicol. polít. (En línea)**, San Luis, v. 5, n. 15, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-35822007000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 set. 2010.

ARAÚJO, Domingos Barreto de. **O perfil dos adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000**. Salvador: UFBA, 2004, p. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2004.

ATKINSON, Amanda et. al. **Interpersonal violence and illicit drugs**. Disponível em: <www.who.int/.../violenceprevention/interpersonal_violence_and_illicit_drug_use.pdf>. Acesso em 15 jul. 2010.

BRASIL. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. 2.ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS, 2004.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/sedh/> Acesso em: 20 set. 2010.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 71-90, jun. 2004

CAMPANER, Isilda. **A individualidade no círculo da cultura mercantilizada**. [S.l.: s.n], 1998, p. 145-181.

CARLINI, Elisaldo Araújo, et. al. Drogas Psicotrópicas – o que são e como agem. **Revista IMESC** n.º 03, 2001. p. 9-35. Disponível em <<http://www.imesc.sp.gov.br>> Acesso em 15 jul. 2010.

_____. **I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país: 2001. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas: Universidade Federal de São Paulo, 2002.

____ (supervisão). **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil:** estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). **Maconha.** São Paulo: UNIFESP. Disponível em: <http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/maconha.htm#13> Acesso em 17 jul. 2010.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da Costa. **Aventura pedagógica:** caminhos e descaminhos de uma ação socioeducativa. 2. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

____ (coord.). **As bases éticas da ação socioeducativa:** referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

____ (coord.). **Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

____. **Protagonismo Juvenil:** adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

D' AGOSTINI, Sandra Mári Córdova. **Adolescente em Conflito com a Lei & realidade!** Curitiba: Juruá, 2009.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; CAUFIELD, Catherine. Mudando o foco: um estudo exploratório sobre uso de drogas e violência no trabalho entre mulheres das classes populares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev Latino-am Enfermagem**, n. 13 (número especial), nov-dez. 2005, p. 1148-1154.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico:** um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GALDURÓZ, José Carlos Fernandes. Uso e Abuso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. **Revista IMESC** n.º 03, 2001. p. 37-42. Disponível em <<http://www.imesc.sp.gov.br>>. Acesso em 15 jul. 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERESI, Simone e SILVA, Enid Rocha Andrade. **adolescentes em Conflito com a Lei:** Situação do Atendimento Institucional no Brasil. Brasília: IPEA/DCA-SDH-MJ, agosto, 2003. Texto para Discussão, n.º 979.

HUMANUS (Associação Humanidades). **Manual de Prevenção do Uso de Drogas para mediadores.** Lisboa, 2005. Disponível em <www.humanus.pt> Acesso 17 jul. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2001**, Dados Gerais. 2001. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2001> . Acesso em 20 set. 2010.

JESUS, Maurício Neves. **Adolescente em conflito com a lei**: prevenção e proteção integral. Campinas-SP: Servanda Editora. 2006.

KODATO, Sérgio; SILVA, Ana Paula Soares da. Homicídios de Adolescentes: Refletindo sobre Alguns Fatores Associados. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13(3), p. 507-515.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Técnicas de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 5. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1980. Trad. Reginaldo Sant'Anna. (Coleção Perspectivas do Homem, 38, Série Economia).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. Cad. Saúde Pública [online]. 1998, vol.14, n.1, p. 35-42.

MOTA, Ana Elizabete. A seguridade social em tempo de crise. In: _____. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. p.117-149.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

NOTO, Ana Regina. Os índices de consumo de psicotrópicos entre adolescentes no Brasil. In: PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antônio (orgs). **Adolescência e drogas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.45-53.

OBID (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas). **Informações sobre Drogas**: definição e histórico. Disponível em <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>> Acesso em 17 jul. 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência Social e Políticas Sociais no Brasil – configuração histórica, contradições e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 4, p. 11-36, maio 1999.

PARANA. Compreendendo o Adolescente. **Cadernos do IASP**. Curitiba: SETP, IASP, CEDCA, 2006a.

_____. Gestão de Centros de Socioeducação. **Cadernos do IASP**. Curitiba: SETP, IASP,

CEDCA, 2006b.

_____. **Regimento Interno**. Cascavel: SECJ/CENSE I, 2010a.

_____. **Relatório Estatístico Consolidado 2009**. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. Coordenação de Socioeducação. Curitiba-PR, 2010b.

_____. Decreto n. 7663, de 15 de dezembro de 2006. Dando nova redação ao Artigo 32 do Decreto 959, de 28 de junho de 1995, que trata do Regulamento do IASP. Diário Oficial nº 7371.

PASSOS, Sonia Regina Lambert. **Abuso e dependência de substâncias psicoativas na adolescência**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/multimedia/adolescente/textos_comp/tc_01.html> Acesso em 15 out. 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs). **Uma era plena de direitos?** São Paulo: Ed. Contexto, 2003, p. 487-493.

RATTON JR., José Luiz de Amorim. **Violência e crime no Brasil contemporâneo: homicídios e políticas de segurança pública nas décadas de 80 e 90**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 1996.

RIZZINI, Irene. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: RIZZINI, Irene; SOUSA, Sônia M. Gomes (coord). **Desenhos de família: criando os filhos: a família goianense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001, p. 24-44.

RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena; KLEIN, Alejandro. O adolescente em contexto. **Caderno de Textos**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, 2008, p. 36-51.

ROBAINA, José Vicente Lima. **Drogas: O papel do educador na prevenção ao uso**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. Caderno "Mais!". **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/05/96, p. 01 a 05.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SARAIVA, João Batista Costa. **Medidas socioeducativas e o adolescente autor de ato infracional**. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/38831/2>>. Acesso em 18 ago. 2010.

SESP (Secretaria do Estado de Segurança Pública). **Influência das drogas na criminalidade**. Disponível em <<http://www.181.pr.gov.br>> Acesso em 18 jul. 2010.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). **World Drug Report 2008**. Slovakia: United Nations, 2008. Disponível em <www.unodc.org> Acesso em 18 jul. 2010.

_____. **World Drug Report 2010**. New York: United Nations, 2010. Disponível em

<www.unodc.org> Acesso em 18 jul. 2010.

VIEIRA, Evaldo Amaro. Estado e Política Social na década de 90. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001. p. 17-26.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2002.

WHO (World Health Organization). **The Global Burden**. Disponível em <http://www.who.int/substance_abuse/facts/global_burden/en/index.html> Acesso em 15 jul. 2010.

ZALESKI, Marcos; LEMOS, Tadeu. As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos. In: BESSA, Marco Antônio; PINSKY, Ilana (orgs). **Adolescência e drogas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.16-30.

ANEXO

Termo de Compromisso para uso de Dados em Arquivo